



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: LINGUÍSTICA

ALINE DOS SANTOS

**“#SOMOS TODOS MACACOS”. O PRECONCEITO RACIAL NO FUTEBOL:
DISCURSO E MEMÓRIA**

Maceió
2016

ALINE DOS SANTOS

**“#SOMOS TODOS MACACOS”. O PRECONCEITO RACIAL NO FUTEBOL:
DISCURSO E MEMÓRIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), para obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro
Aguiar de Oliveira Cavalcante.

Maceió
2016

|

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade



S237s Santos, Aline dos.
“#Somos todos macacos”. O preconceito racial no futebol: discurso e memória / Aline dos Santos. – 2016.
83 f., il.

Orientador: Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2016.

Bibliografia: f. 81-83.

1. Análise do discurso. 2. Racismo – Futebol. 3. Racismo nos esportes.
I. Título.

CDU: 81'42

 UFAL	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS FACULDADE DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA	 PPGL
-------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------

TERMO DE APROVAÇÃO

ALINE DOS SANTOS

Título do trabalho: “#SOMOS TODOS MACACOS.’ O PRECONCEITO RACIAL NO FUTEBOL: DISCURSO E MEMÓRIA”

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRA em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

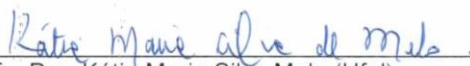


Prof.a. Dra. Maria do Socorro Aguiar de Oliveira Cavalcante (PPGL/Ufal)

Examinadores:



Prof. Dr. Sôstenes Éricson Vicente da Silva (PPGL/Ufal)



Prof.a. Dra. Kátia Maria Silva Melo (Ufal)

Maceió, 27 de junho de 2016.

Dedico à luz Divina que me guia e me ilumina. Quando nas horas difíceis, eu ouvia: filha, “não tema, porque eu sou contigo, não te assombres, porque eu sou teu Deus; eu te esforço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça”. (ISAÍAS 41-10)

AGRADECIMENTOS

De início, agradeço, em especial, à minha mãe pelo apoio e o incentivo que teve para comigo em todos os momentos, fossem eles de angústias ou de alegrias, ao longo da minha caminhada.

Agradeço, em especial, à minha orientadora professora Maria do Socorro Aguiar, pela qual tive o prazer de ser orientada, que me ensinou muito nesse percurso acadêmico e, sobretudo, confiou no desenvolvimento desta pesquisa.

Agradeço as minhas amigas Ana Maria, Maraísa, Jeylla, Fábria, Priscila e Ayane, que se fizeram presentes durante o pagamento dos créditos até hoje, motivando com palavras de incentivo e força.

Agradeço aos amigos Rita, Mércia, Ana Paula e Diego pelos conhecimentos compartilhados durante a construção desse trabalho.

Agradeço ao professor Dr. Sóstenes Ericson pelas valiosas contribuições no exame de qualificação e por ter aceito o convite para a participação na banca de defesa; à professora Dra. Ana Gama pelas valiosas contribuições no exame de qualificação; à professora Dra. Kátia Maria Silva de Melo (CEDU/UFAL) e à Profa. Dra. Mércia Sylvianne Rodrigues Pimentel (UFAL/ARAPIRACA) por terem aceito o convite de participação nesta banca de defesa pública.

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento desta pesquisa.

Aos amigos que se fizeram presente nesta caminhada.

E por fim, à minha família, em especial, às minhas tias Maria José e Marinalva por tudo que fizeram por mim.

Muito Obrigada!

Não sou descendente de escravos. Eu descendo de seres humanos que foram escravizados.

Makota Valdivia

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar discursos racistas, no futebol brasileiro, dentro e fora de campo. Para tanto, buscamos o referencial teórico-metodológico na Análise do Discurso (AD) de linha francesa de vertente pecheutiana, o que possibilitou uma análise discursiva materialista, visto que essa perspectiva considera a língua, a ideologia e a sua relação sócio-histórica. Assim, buscamos compreender o racismo como fenômeno comportamental, opressor na sociedade brasileira, e, a partir das materialidades que constituem nosso *corpus* de análise, através da mobilização das Condições de Produção amplas e restritas desses dizeres, identificar quais as posições (o lugar de enunciação) dos jogadores negros na discursividade. Sob esse crivo, foram discutidos como os sujeitos veem o racismo e, sobretudo, como o preconceito é apagado, silenciado a partir de uma condição social diferente. Observamos como essas Formações Discursivas, através de uma memória, rotulam estereótipos e posições socioeconômicas. Desse modo, sujeitos assumem determinadas Formações Discursivas (dominante) que determinam seu dizer.

Palavras-chave: Racismo. Futebol. Memória. Discurso.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze racist discourses, in Brazilian football, inside and outside the field. For this purpose, we seek theoretical-methodological referential in French line Discourse Analysis (AD) thread Pêcheux, which allowed a materialistic discursive analysis, from the perspective that considers the language as an ideology and its socio-historical relationship. Therefore, we seek to understand racism as behavioral phenomena, as oppressor in Brazilian society, and, from materiality's that constitute our *corpus*, through mobilization by large production conditions and restricted about these motifs, identify which positions (the place of enunciation) to black players in their own statements. Under this riddle, we argued as well as the subjects see the racism and how prejudice is blank out and silenced by different social condition. We see how these discursive formations, through a memory, stereotypes marks and socioeconomic positions. In this way, subject take over certain discursive formations (dominant) which determine what they say.

Keywords: Racism. Soccer. Memory. Speech.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. RACISMO	13
1.1 Raízes históricas do racismo	16
1.2 Racismo no Brasil	19
1.3 Raça, Preconceito e Estereótipos.....	25
1.4 O negro no futebol brasileiro.....	32
2 PERCURSO TEÓRICO	36
2.1 Pressuposto Teórico em Análise do Discurso	36
2.2 Condições de Produção.....	39
2.3 Formação Discursiva	41
2.4 Formação Ideológica e Forma-sujeito.....	44
2.5 Silêncio e resistência.	48
2.6 Memória, Interdiscurso, Esquecimento.....	51
3 “#SOMOS TODOS MACADOS”: O ACONTECIMENTO DISCURSIVO	55
4 QUESTÃO RACIAL: UMA ANÁLISE ALÉM DOS GRAMADOS	59
4.1 <i>Corpus</i> da análise	59
4.2 A ascensão do negro no futebol	62
4.3 O Racismo nos gramados	66
4.4 “Não sou negro”: a negação étnica- racial nos discursos dos jogadores.....	75
CONCLUSÃO	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

Esse trabalho surgiu a partir do interesse de compreender os diversos sentidos que perpassam os discursos racistas assumidos por torcedores e jogadores adversários, quando estão em sua atuação em campo. Esse interesse iniciou, primeiramente, pela recorrência desse discurso racista que atinge, geralmente, jogadores brasileiros negros e/ou afrodescendentes, que atuam no país ou no exterior.

Sabemos que falar sobre o racismo, no mundo moderno, é sempre muito polêmico e instigante, visto que em tal tema concentram-se diversas opiniões, principalmente no que diz respeito a sua prática na sociedade. Entendemos que o racismo não é, apenas, resumido em uma superioridade étnico racial de um determinado grupo, mas sim como forma de dominação ideológica.

Além disso, os casos de racismos ocorrem em nossa sociedade cada vez mais, com voracidade. Esse tipo de discriminação se iniciou antes mesmo do descobrimento e se intensificou na divisão das raças, no século XVII.

Chamou nossa atenção a campanha “Somos todos macacos”, a qual foi lançada na *internet* e ganhou repercussão na mídia nacional, em que artistas, atores/atrizes, cantores/as e jogadores brasileiros pronunciavam a frase, *slogan* da campanha, e seguravam bananas em sua apresentação.

A campanha, aqui suscitada, foi motivada a partir da ação de torcedores que jogaram bananas no jogador brasileiro Daniel Alves, quando ele se preparava para bater um escanteio no jogo entre Villareal e Barcelona, em 25 de abril de 2014, na Espanha. No entanto, o jogador teve uma atitude inesperada, apanhou a banana do chão e a comeu. Esse ato repercutiu mundialmente, porque, diferentemente de outros jogadores que sofreram racismo em campo, o jogador fez uma ação, em vez de parar a partida.

A partir dessa imagem e, sobretudo, pela comoção de todos, por causa do ato discriminatório ocorrido com Daniel Alves, artistas, cantores e jogadores brancos se assumiam como macacos. A partir disso, surgiram alguns questionamentos que

norteiam essa investigação acerca da circulação e da profusão de sentidos produzidos sobre esse tema, o racismo nos campos futebolísticos. “Somos todos macacos”. Todos quem? Negros e brancos? Esses questionamentos instigam e motivam o desenvolvimento de nossa pesquisa e nos fazem pensar como o racismo pode agir (des)veladamente na sociedade brasileira.

Por outro lado, apesar da comoção por parte dos jogadores em se sensibilizarem com o problema do outro, além das campanhas em prol de uma sociedade igualitária, livre de preconceito, os casos de racismos não pararam de aparecer, tanto nos campos de futebol, como também nas redes sociais.

Partindo da perspectiva de que “todo discurso é índice de agitação nas filiações sócio-históricas (PÊCHEUX, 2002, p. 45)”, e que nessa agitação ele dialoga, polemiza, discorda e reitera com outros discursos, buscamos analisar, a partir das sequências discursivas selecionadas para o nosso *corpus* de análise, as Condições de Produção desses discursos e como a ideologia dominante interfere na posição desses sujeitos na constituição do seu dizer.

Nesse sentido, propomos analisar alguns discursos de jogadores brasileiros que sofreram racismo dentro e fora de campo. Para constituir nosso *corpus*, fizemos uma seleção de recortes discursivos a partir de alguns casos de racismo em campo. Para tanto, foram separados sequências discursivas proferidas em épocas distintas, já que, concordando com a afirmativa de Orlandi (2010, p. 62), “não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se pode recortar e analisar estados diferentes”.

Buscamos como referencial teórico-metodológico norteador a Análise do Discurso de linha pêcheuxtiana, doravante AD. Além disso, teremos como base teórica conceitos marxistas e sociológicos para analisarmos o racismo como fenômeno social que oprime, subjugados sujeitos negros na sociedade.

Escolhemos a AD como pressuposto teórico-metodológico porque vemos o discurso “enquanto práxis humana que só pode ser compreendida a partir do entendimento das contradições sociais que possibilitam a sua objetivação” (MAGALHÃES, 2003, p. 75).

Entendemos que é nessa agitação sócio-histórica, nessa contradição, nesses movimentos de (re)significação, que os sujeitos constituem o seu dizer e a heterogeneidade dos discursos, seus efeitos de sentido e a circulação desses sentidos na sociedade.

Acreditamos e, sobretudo, buscamos subsídios necessários na AD, porque ela é uma área de 'entremeio'¹, visto que dialoga com outras áreas do saber.

Desse modo, por se tratar de uma área de "entremeio", ela leva em conta o homem na sua história, considera os processos e as Condições de Produção da linguagem, pela análise da relação estabelecida pela língua com os sujeitos que falam e as situações que produzem o seu dizer (ORLANDI, 2012, p. 16).

Para tanto, antes de adentrarmos no marco teórico-metodológico da AD, tivemos a necessidade de entender o racismo como fenômeno comportamental, opressor e discriminante na sociedade brasileira.

Dessa forma, nesta dissertação fez-se necessário um percurso histórico e teórico sobre a constituição do racismo. Para isso, buscamos subsídios teóricos em alguns sociólogos como Ianni, Florestan Fernandes e Emília Costa, entre outros, para entendermos como e quando ele surgiu.

Como a Análise do Discurso "se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise (ORLANDI, 2010, p. 19)", buscamos, a partir dos pressupostos marxistas, através de Marx (2013) e sociólogos de vertente marxista, compreendermos as relações de classes, como funciona a relação de mercadoria, para, então, entendermos como essas relações são estabelecidas e atingem o negro e como isso interfere na sua marginalização e discriminação na sociedade.

Além disso, é necessário esclarecer, através da constituição do *corpus* de análise, que as análises dessa pesquisa foram feitas partindo do pressuposto teórico-metodológico da AD. Levamos em consideração as Condições de Produção amplas e restritas desses dizeres, o silêncio e a resistência, as Formações

¹ Sobre a compreensão da AD como disciplina de entremeio, conferir Orlandi (1996).

discursivas e, sobretudo, a Memória Discursiva. Assim, para a construção das análises, vale ressaltar que a pesquisa apoia-se em referencial teórico essencial para AD, por meio de autores como Pêcheux (1975; 2009), Orlandi (2010; 2012; 2007), Indursky (2013), entre outros.

Desse modo, a partir das considerações sobre o arcabouço teórico utilizado para construção dessa dissertação, organizamos este texto em quatro seções. Na primeira, empreendemos um percurso histórico sobre o que é o racismo. Tentamos iniciar a discussão, desde o período da escravização do povo negro, a categorização da raça como categoria e como ela pode ter “ajudado” na constituição do racismo e das relações estereotípicas, na relação do preconceito como índice de dominação e, por fim, na construção identitária do futebol brasileiro com a participação do negro.

Na segunda seção, fizemos um percurso teórico sobre a Análise do Discurso, explanando sobre as categorias discursivas que foram mobilizadas nesta dissertação para a construção das análises das sequências discursivas que constituem o nosso *corpus*.

No que diz respeito à terceira seção, buscamos entender a campanha “#somostodosmacacos”, lançada na *internet*, como acontecimento discursivo. Para tanto, foi necessário entender o acontecimento histórico, observando como esse acontecimento possibilitou o acontecimento discursivo.

Por fim, na quarta seção, empreendem-se as análises das sequências discursivas. Cabe ressaltar que nosso corpus é constituído por nove SDs, que materializam discursos dentro e fora de campo.

Concluimos a partir das análises das sequências discursivas, que há deslocamento do sujeito, através de uma Formação Imaginária, se colocando em uma determinada Formação Discursiva considera dominante. Além disso, é perceptível que as relações raciais são atravessadas pela classe social, visto que a partir de lugares hierarquizados, há um apagamento da cor, alimentando, por sua vez, a luta de classes.

1 RACISMO

Desde a antiguidade, existiu uma separação e um aprisionamento dos seres humanos em raças distintas, que foi recriado na modernidade, a partir do acúmulo do capital. Quando falamos em raças distintas, entendemos que essas raças foram divididas em negros, índios e brancos (arianos), nas quais prevalecia a hegemonia da última.

Essa caracterização da raça como conceito de diferenciação biológica, objetiva (fenótipos), esconde um caráter racista de diferenciação de cor vinculado aos âmbitos social e cultural.

O conceito de raça é recente, surgiu, a priori, na Biologia e, sobretudo, se (re)significou ao longo da História. Na perspectiva de Silva (2012), a divisão da sociedade em raças humanas distintas, pelo menos em sua expressão teórica, é bem mais recente, pois data dos tempos da colonização da América e, conseqüentemente, da África.

Nesse sentido, as construções sobre a “raça negra” antecedem o racismo, na medida em que se valem da intencionalidade de construir a superioridade de “uns” em detrimento de “outros”. Em outros termos, foi a vontade de diferenciação que levou à necessidade de construção da “raça” (ABRAHÃO, 2010, p. 31).

Assim, o Racismo² surge a partir do conceito de raça, sendo um fenômeno social, histórico, ideológico que opera coletivamente e em grupos sociais que se consideram diferentes. Além disso, entendemos que o racismo é um fenômeno comportamental, socialmente construído, que opera a partir das raças que se consideram superiores as demais.

Nesse viés, o racismo é entendido como representações hegemônicas da raça branca em detrimento da “raça negra”. Essas representações hegemônicas, que são assumidas pelos brancos, estão constantemente alimentadas pelos discursos e representações simbólicas de *branqueamento*. Quando retomamos o passado, lembramos que a questão do branqueamento vem desde Gênesis 9:18,

² Trataremos do Racismo no Brasil de forma específica adiante.

especificamente a maldição de Cam. A maldição de Cam estaria associada a algumas tipologias raciais inventadas no século XIX, ou seja, ela remete à divisão das raças humanas.

Segundo Seyferth (2011), desde os tempos medievais vários estudiosos procuravam adequar a diversidade humana aos acontecimentos descritos em Gênesis, interpretando e reinterpretando o repovoamento do mundo - depois do Dilúvio - de várias maneiras. Assim, essa divisão de raças derivam dos três filhos de Noé - Cam, Jafé e Sem.

Desse modo, enquanto os descendentes de Jafé teriam dado origem aos europeus, e os de Sem, aos asiáticos, os de Cam teriam dado origem aos africanos, que seriam assolados por uma maldição. A maldição ocorrera com Cam porque, a partir de um ato de embriaguez de Nóe, ele havia se despido e adormecido. Diferentemente dos irmãos, que cobriam seu pai tratando-o com respeito, Cam riu da condição de seu pai.

Desse modo, Noé amaldiçoou seu filho condenando toda a sua descendência à escravidão. A questão do branqueamento é retratada no quadro “Redenção de Can³”, de Broncos y Gómez (1852-1936). Uma das interpretações da obra dá a entender que a avó negra, por intermédio do neto branco, estaria se libertando de uma condição racial que oprimia (SEYFERTH, 2011, p. 1).



³ O quadro a Redenção de Can segue abaixo.

Assim, a cultura de embranquecimento da raça negra ganha justificativa para ser perpetuada, fazendo com que os negros passassem a adotar costumes, estereótipos dos brancos.

O racismo é um dos principais fatores estruturantes de injustiças sociais que, por sua vez, é uma possível chave para entender a desigualdade no Brasil, haja vista que o Brasil é um dos países que possuem o maior número de negros, que, em sua maioria, são pobres.

Para Ianni (2004), a questão aqui suscitada, a racial, parece um desafio do presente, mas se trata ao acaso das situações, da forma de sociabilidade e do jogo das forças sociais, que se reitera continuamente, modificada, mas persistente.

Entendemos que o discurso racista quase nunca é assumido, tornando-se difícil estudá-lo, visto que o Brasil alimenta o “mito”⁴ de democracia racial. Isso acontece porque no país há políticas de inclusão do negro na sociedade que, até certo ponto, aumenta a segregação do negro na sociedade.

Dessa forma, esse mito de democracia racial “aparente” também seria um dos motivos para a manutenção do racismo na sociedade.

Outra justificação ideológica moderna da inferioridade racial em teorias racistas tem sua gênese no absolutismo, no estabelecimento da luta da aristocracia feudal para manter privilégios na transição ao capitalismo. Neste viés, ela tem um caráter de ideologia para exercer uma função de embates e conflitos de classes. (SILVA, 2012, p. 73).

Desse modo, o conceito de raça, a partir do qual surge o racismo, não traz apenas determinações fenotípicas do dominante (branco), mas também, amalgamado a ele, uma segregação não apenas racial, como também de classe.

É do nosso entendimento que o Brasil constitui uma sociedade racista, na medida em que a dominação social de brancos sobre os negros é sustentada e associada à ideologia de superioridade essencial de brancos. (VAN DIJK, 2012, p. 74).

⁴Entendemos como mito uma representação idealizada da humanidade.

Antes do processo de escravidão do povo negro⁵, já existia uma ideologia racista entre os povos. Essa ideologia configurava-se em tudo que era diferente e não possuía o “sangue puro”. Ideologia esta instaurada pelos brancos como uma forma de dominação. Desse modo, judeus, ciganos, índios e negros sofriam discriminação racial e correram o risco de serem extintos da sociedade.

Mesmo sabendo que existem outras formas de preconceitos, a questão aqui suscitada será acerca do preconceito racial aos negros. Para tanto, faz-se necessário algumas discussões acerca de um discurso construído historicamente, ideologicamente e culturalmente: o racismo de cor.

1.1 Raízes históricas do racismo

O racismo relacionado aos negros iniciou-se antes mesmo da escravidão, antes mesmo que os europeus colonizassem a África, e foram baseadas em escritos antigos de autores gregos e romanos que tiveram contato com a parte norte do continente.

Assim, já existia uma ideologia racista entre os povos, visto que esses autores gregos e romanos escreveram que os negros, que habitavam parte do continente africano, eram seres que se alimentavam de cobras, gafanhotos, vivendo da forma mais primitiva já existente.

Essa ideologia racista encontrou eco no imaginário do branco, criou rótulos de imagens e/ou estereótipos a serem seguidos pelos sujeitos. Ao referimo-nos a estereótipos das possíveis características físicas ou comportamentais, que a sociedade elege e que são geradoras de preconceitos. Subsistiram representações e estereótipos associados à cor e às diferenças raciais forjadas no tempo da escravidão, como por exemplo, a afirmação de inferioridade mental, moral ou social do negro em relação ao branco. (COSTA, 2010, p. 14)

No que diz respeito aos negros, as questões estereotípicas estavam ligadas a animais selvagens, como afirma Munanga (1999 apud SILVA, 2009, p. 40):

⁵ Trataremos sobre o processo de escravidão na subseção a seguir: “Raízes Históricas do racismo”.

Todas as descrições da época mostram os habitantes do interior do continente africano como sendo parecidos com animais selvagens, tais como cinocéfalos e acéfalos, com olhos no peito. A imaginação criativa dos antigos foi retomada na Idade Média e no Renascimento, reatualizando-se sempre os mesmos mitos que faziam a África negra um mundo habitado por monstros, seres semi-homens e semianimais. A cultura islâmica participou também desse trabalho de elaboração de estereotipa. Assim, em muitos trabalhos deixados por autores árabes dos séculos XI e XII, os negros africanos são considerados como brutos, sem inteligência, sem normas e sem leis. (MUNANGA, 1999 apud SILVA, 2009, p. 40).

Além disso, esses estereótipos geradores de preconceito surgiram no período de escravização dos negros, visto que a cor negra dos africanos foi o que mais chamou atenção dos colonizadores. Surgiu daí a primeira fonte de sentimento negativo ou de preconceito de cor, já que no simbolismo das cores no Ocidente Cristão o “negro” (preto) significava derrota, morte, pecado, enquanto o “branco” significava sucesso, pureza, sabedoria. (GUIMARÃES, 2008 apud ABRAHÃO, 2010, p. 20).

Essa construção estereotípica é baseada no que diz respeito à cor. Outro quesito analisado pelos *colonizadores* refere-se aos hábitos, costumes, religião e cultura, fé, que serviam para hierarquizar os colonizadores. Dessa forma, a ausência dessas categorias no “outro” fizeram com que os colonizados parecessem “bárbaros”, “selvagens”, “primitivos”, “inferiores”. (ABRAHÃO, 2010, p. 21).

Com o processo de navegação de portugueses e espanhóis, surge a possibilidade de conquistar terras desconhecidas no além-mar em busca de riquezas naturais.

Ao chegar às Américas, os portugueses e espanhóis iniciaram a colonização dos nativos, usando, por sua vez, a imposição armada, destruindo civilizações inteiras e acabando com a cultura, a identidade dos povos que ali habitavam.

Os primeiros a serem escravizados pelos portugueses nesse período de colonização foram os índios, os quais eram obrigados a trabalhar na extração de pau-brasil, ouro e prata. Depois dos índios, com o tráfico em navios negreiros, os negros se tornaram mão de obra exclusiva nas colônias.

Primeiro nos canaviais, mais tarde nas minas de ouro, nas cidades ou nas fazendas, era ele o grande instrumento de trabalho. Derrubando matas, roçando as

plantações, nas catas de ouro, nos engenhos, na estiva, carregando sacos de mercadorias ou passageiros, o escravo foi figura familiar na paisagem colonial (COSTA, 2010, p. 14).

Segundo Ianni (apud Silva, 2012, p. 33), logo depois o trabalho escravo se generalizou. A dizimação e a resistência da população indígena nas minas das colônias espanholas e, posteriormente, nos engenhos de cana-de-açúcar na América portuguesa, fizeram com que os colonizadores importassem uma quantidade imensa de escravos que vieram da África para suprir a necessidade de mão de obra nas Américas e Antilhas, em navios negreiros superlotados e em péssimas condições de higiene.

Outro ponto fundamental para a escravização dos negros foi a proximidade geográfica com a África, pela navegação do Atlântico que facilitava, aos portugueses, a manutenção da mão-de-obra escrava, instituindo, por sua vez, o sistema de escravidão dos negros.

Uma das justificativas para essa mudança de mão de obra escravocrata se deu pela falta de adaptação dos índios no plantio da cana-de-açúcar, pois era necessária uma força e comprometimento dos escravos.

A partir daí, teve início ao processo de escravidão do povo negro. Essa escravidão veio de modo avassalador, já que os escravos eram tratados como mercadorias e eram vendidos ou trocados por outros escravos. Ganhava mais quem possuía mais escravos, se os mesmos estivessem em boas condições de trabalho.

Assim, o Brasil foi regido por uma feitoria escravista, exoticamente tropical, habitada pelos índios nativos e negros importados da África (RIBEIRO, 1995 apud ABRAHÃO, 2010, p. 31).

A classe dominante via na escravidão dos negros a possibilidade do acúmulo de riquezas. Ianni (apud SILVA 2012, p. 35) explica que existia um capital que comandava o processo de acumulação primitiva sem preocupar-se com o mando do processo de produção. Isto é, uma vez que o “dinheiro se valoriza no processo de circulação de mercadoria”, não importa ao capitalista comercial a forma como é produzida a mercadoria e sim como ele pode comprá-la barata para vendê-la cara.

Além disso, essa valorização dos negros como mercadoria favoreceu o incentivo ao tráfico negreiro, já que era inegável o valor alto que era pago pela aquisição de um escravo.

A igreja, por sua vez, apoiou a escravidão considerando os africanos como inimigos de Deus, intensificando e estimulando a caça à pele negra. Como a igreja intervia na sociedade através da imposição religiosa, não conseguia compreender os cultos religiosos praticados pelos índios e negros. Então interviu, por sua vez, através da catequização, atrapalhando a escravidão dos índios e influenciando o Estado a substituir esse tipo de mão-de-obra, que não era de produtividade viável, pela dos africanos.

Contrariamente aos indígenas, os africanos, possuíam religião definida, por cultuar orixás, religião afrodescendente de seus antepassados, religião essa condenada pela Igreja. Dessa forma, intensificou-se a caça à pele negra. Com essa atitude, não apenas era lucrativo ter escravos negros, mas também havia um combate aos inimigos de Deus, tratando-os, literalmente, como animais selvagens.

Com o olhar remetido à África, a Igreja adjetivou os africanos como seres de menor valor, justificando, dessa forma, a escravidão e a colonização (FERREIRA, 2000 apud ABRAHÃO, 2010, p. 20).

Com isso, as divisões de trabalho eram dadas a partir da cor da pele que os sujeitos possuíam. Conseqüentemente, o negro ocupava o lugar menos favorecido na pirâmide social, perdendo, por sua vez, sua cultura, sua identidade, sua história, carregando consigo o peso da perpetuação dessa marginalização até os tempos atuais.

1.2 Racismo no Brasil

O processo de escravidão gerado pelo acúmulo do capital, a decadência do sistema feudal e a chegada da modernidade trouxeram a expropriação econômica e racial. As relações sócio-históricas desenvolvidas pelo homem são o fato gerador do pensamento que opera uma divisão racial entre os homens (SILVA, 2012, p. 43).

O nascimento da modernidade deu origem à expropriação econômica e racial, arma importante para transformação das relações sociais em relações capitalistas. Com essas modificações, os negros deixaram de serem escravos e passaram a serem trabalhadores livres. Assim, o escravo se torna operário (Ianni, 2004, p. 21).

No Brasil, o processo de escravidão é caracterizado de escravismo colonial, constituído pelo modo de produção feudal, já que, segundo Prado Jr. (1977, p. 42-3), “feudal” tornou-se assim sinônimo ou equivalente de qualquer forma particularmente extorsiva de exploração do trabalho, o que é naturalmente falso [...] escravismo e feudalismo não são a mesma coisa, e no que se refere à estrutura e organização econômica, constituem sistemas bem distintos.

A escravidão colonial tinha uma qualidade nova, pois não constituía um modo particular de produção, mas sim o fundamento de formações sociais integradas a um sistema econômico que dera início ao desenvolvimento do trabalho assalariado, pelo menos na Europa. (SILVA, 2012, p. 36).

No entanto, na maioria dos casos, na mesma unidade produtiva coexistiam o escravo e o colono, da mesma forma de relações de produção escravistas com relações de produção baseadas em mão de obra assalariada (IANNI, 2004, p. 18).

Com a substituição da ordem escravocrata por outra ordem hierárquica, “a cor” passou a ser uma marca de origem, um código cifrado pela “raça” (GUIMARÃES, 2009, p. 48). O racismo colonial, caracterizado pela pureza do sangue dos colonizadores, em que a raça branca permanecia em total hegemonia, fora substituído pela ideia de nação mestiça.

Desse modo, o racismo colonial foi substituído pelo racismo moderno, no qual tem como função uma ordem oligárquica, na qual a “raça”, isto é, “a cor”, o *status* e classe estão intimamente ligados entre si.

Suzanne Oboler escreve:

Como resultado da miscigenação excessiva corrente nas colônias, as classificações raciais, o status social e a honra evoluíram para um arranjo hierárquico que Lipschutz chamou de 'pigmentocracia'. Este era um sistema racial, como Ramón Gutiérrez descreveu, no qual a clareza da pele estava diretamente relacionada a maior status social e a maior honra; enquanto a cor mais escura estava associada tanto com o 'trabalho físico dos escravos e dos índios', quanto, visualmente, com 'a infâmia dos conquistados. A noção espanhola de pureza de sangue fora, assim, instilada no modo como a aristocracia do Novo mundo entendia os conceitos inter-relacionados de raça, status social e honra. (OBOLER, 1995, p. 28 apud GUIMARÃES, 2009, p. 49).

Em síntese, o racismo moderno tem sua gênese na acumulação primitiva, e uma de suas particularidades é a escravização de grupos sociais negros oriundos de nações africanas (SILVA, 2012, p. 43). Segundo Marx (2015, p. 785), a acumulação primitiva é a prévia da acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. Segundo o referido autor, ela desempenha na economia política, aproximadamente, o mesmo papel do pecado original da teologia.

A relação de raça e cor, que é sustentada por dicotomias (elite/povo, brancos/negros), sustenta a hierarquização social formada pela determinação da classe social.

Além disso, desde a ascensão histórica do capitalismo a partir do processo de acumulação primitiva do capital, a instauração de uma forma qualitativamente diferente da escravidão, particularmente de populações negras oriundas da África, traz no seu interior manifestações racistas apoiadas na apreensão de que a razão de ser do escravismo se justificava pela inferioridade de nações negras em relação a outras raças, notadamente a ariana. (SILVA, 2012, p. 73).

Desse modo, a existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas, marcando a mentalidade nacional (COSTA, 2010, p. 15).

No Brasil, muitos foram os motivos para a perpetuação dessa ideologia racista, uma delas foi a abolição da escravidão que ocorreu de forma gradual, pois a lei Áurea só foi promulgada em 1888, liberando todos os escravos.

Segundo Van Dijk (2012), após a abolição da escravidão as relações sociais e políticas entre brancos e negros são marcadas por três processos principais, destacados:

- a) O país não adotou legislação de segregação étnico-racial, diferentemente dos EUA e da África do Sul, não tendo ocorrido, portanto, definição legal de pertença racial.
- b) O país não desenvolveu política específica de integração dos negros recém-libertos à sociedade envolvente, o que fortaleceu as bases do histórico processo de desigualdades sociais entre brancos e negros que perdura até os dias atuais.
- c) O país incentivou a imigração europeia branca em acordo com a política de Estado (passagem do século XIX para o XX) de branqueamento da população em consonância com as políticas raciais eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.

Essa perspectiva vai ao encontro de Silva (2012, p. 57), que afirma que o racismo dos primeiros tempos do capitalismo, ligado diretamente à escravidão dos negros, não desapareceu inteiramente. Ele se amplia e até alcança sua máxima expressão no século XX com o nazismo, atingindo outras categorias sociais como diferenças religiosas e sexuais.

Desse modo, muitos foram os motivos da propagação, circulação e a produção a partir de contexto sócio-histórico de discursos racistas no Brasil, dentre os quais podemos destacar alguns componentes para a produção e circulação desses discursos na sociedade contemporânea:

Fomos o país que mais importou escravos (as) africanos (as) durante o regime escravista, fomos o último país a abolir a escravidão negra (somente em 1888), somos a segunda maior população negra mundial- depois, apenas, da Nigéria - aproximadamente oitenta milhões de brasileiros, o que corresponde a 46% dos que se declaram negros (pretos ou pardos), acalentamos o mito (ou ideologia) de que as relações sociais no país são cordiais ou democráticas ao mesmo tempo em que convivemos com intensa dominação branca sobre outros segmentos étnicos- raciais no acesso a bens materiais (ROSEMBERG apud VAN DIJK, 2012, p. 73).

A partir dessa perspectiva, entendemos que o racismo tem resquícios do colonialismo, no entanto esses discursos ideologicamente e historicamente construídos possuem uma relação de dominação social, econômica e cultural das elites brancas e, com isso, há uma marginalização do negro na sociedade, já que para a classe dominante (brancos), a classe dominada (negros) ocupa o lugar menos favorecido na pirâmide social.

A condição de pobreza dos pretos e mestiços, assim como, anteriormente, a condição servil dos escravos, era tomada como marca de inferioridade (GUIMARÃES, 2009, p. 49). Desse modo, os negros ocuparam lugar inferior na sociedade brasileira.

O racismo ocorre, quando o indivíduo ou classe que pratica e o indivíduo ou grupo de classe que sofre aparecem como algo alheio à essência um do outro. Assim, denominamos de racismo “o sistema que afirma superioridade de um grupo racial sobre os outros, pregando, em particular, o confinamento dos inferiores numa parte do país (segregação racial)” (SANTOS, 1984, p. 10).

Assim, o racismo consiste na convicção de uma superioridade de uma “raça” em relação às demais, estando a ela normalmente associados atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios dirigido às “raças” consideradas “inferiores” (CARVALHO, 2014, p. 38).

Desse modo, o discurso racista que é produzido e seus efeitos de sentido estão relacionados a essa apreensão de sentidos outros, ou seja, o sujeito se coloca em uma determinada Formação Discursiva⁶ dominante, assumindo essa posição, considerando-se diferente.

Esse sujeito que assume determinada Formação Discursiva na enunciação, que se comporta como branco, explica algumas atitudes racistas praticadas por negros que transitam de uma formação discursiva à outra.

Desse modo, a partir do momento em que o outro assume determinada ideologia racista, o negro é tratado como objeto, coisa que não é permitida e, sobretudo, ignorada pela sociedade. É a partir desse momento que a discriminação racial é configurada no discurso.

O Brasil é o país que possui o maior número de negros fora da África, aproximadamente 46% da população, cuja maioria é concentrada no Nordeste do país, que, por sinal, é região com menor índice de desenvolvimento sócio-econômico, aumentando, assim, o fosso social entre ricos e pobres. Com incentivo

⁶ Trataremos dessa categoria discursiva mais a frente.

da imigração europeia, iniciou-se a miscigenação entre negros e brancos, no entanto a população branca se concentrou no Sul e Sudeste do país, Estados esses mais desenvolvidos comparados aos do Nordeste Brasileiro.

Essa cultura de *branqueamento* da população trouxe para o Brasil imigrantes italianos, alemães, japoneses, espanhóis que iniciaram sua ascensão na vida econômica e social em Estados do Sudeste. São Paulo se tornou a maior cidade industrial da América Latina e, ao mesmo tempo, brasileiros do velho estoque miscigenado acorriam em massa para São Paulo, em busca de empregos, na maioria das vezes em posições subalternas (GUIMARÃES, 2009, p. 54).

Desse modo, o núcleo desse racismo era a ideia de que o sangue branco purificava, diluía e exterminava o negro, abrindo, assim, a possibilidade para que os mestiços se elevassem ao estágio civilizado (GUIMARÃES, 2009, p. 53).

Essa alternativa que o país adotou em abrir as portas para que imigrantes europeus aqui se estabelecessem, especificamente os de pele branca, foi uma tentativa de embranquecimento da população, gerando a mestiçagem dos povos. No entanto, esse embranquecimento não acabou com a desigualdade racial.

As diferenças de oportunidades de ascensão social e o racismo dirigido aos negros são operantes para manter (e, em casos específicos, acentuar) as desigualdades, num processo de ciclos de desvantagens cumulativas dos negros (SILVA, 2000 apud VAN DIJK, 2012, p. 77).

As perspectivas das elites brasileiras pós-abolição eram a construção de uma unidade nacional, na qual o negro não cabia e os imigrantes se enquadrariam nos valores nacionais (MUNANGA, 1999 apud LIMA, 2008, p. 40).

É perceptível e inegável que as questões raciais são atravessadas pelas relações de classe. Além disso, quando negros e mestiços (pardos, mulatos) alcançam um determinado *status* social, é como se houvesse um branqueamento relacionado à cor da pele, operado pela classe social que ele ocupa, ou seja, a compreensão do racismo no contexto de concepção e prática ideológica coloca-o como algo, cujo mecanismo atinge a todos os grupos e pessoas, já que como

ideologia apregoa a crença de superioridade de um sobre o outro e esta cresça é reproduzida para todos brancos e negros (LIMA, 2008, p. 37).

Além disso, apesar de todas as políticas públicas contra o racismo, inclusive com a criação de cotas nas universidades como alternativa de inserir o negro na sociedade, o racismo ainda ocorre cotidianamente de forma desvelada, às vezes sutil, mas sem sombra de dúvidas de forma poderosa.

Estas políticas têm como objetivo integrar os negros na sociedade, como tentativa de amenizar e, porque não dizer reparar, as desigualdades sociais e raciais perpetuadas há anos na sociedade. No entanto, não é bem assim que acontece na prática, já que com essas tentativas frustradas do Estado, há um incentivo da discriminação racial, alimentada, por sua vez, pelo mito de que os negros não possuem capacidade de uma ascensão social sem essa ajuda disfarçada de preconceito.

Na verdade, não se tem uma democracia social nem racial, visto que a mestiçagem não produziu igualdade de oportunidades entre etnias constitutivas do ser brasileiro, sendo esse mito de democracia uma construção ideológica dentro dos interesses das elites hegemônicas, em detrimento da maioria negra, um dos entraves na superação das desigualdades (LIMA, 2008, p. 41).

1.3 Raça, Preconceito e Estereótipos

Nesse tópico, entendemos que se faz necessário fazer um breve percurso sobre alguns conceitos como raça, preconceito e estereótipo para entendermos como a categorização da raça e a sua (re) significação influencia na disseminação e proliferação do racismo no âmbito do futebol.

Muitos foram os estudos da ciência para tentar entender o problema racial e sua divisão racial da modernidade. Como toda palavra, a palavra raça passa por transformações semântico-históricas, que se (re) significam ideologicamente.

Segundo Mungama (2003), etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza* e do latim *ratio*, que significa *sorte, categoria, espécie*, que no latim medieval já assume outros sentidos, indicando *descendência, linhagem*. No entanto,

o termo raça ainda sofreria metamorfoses até operar os efeitos de sentidos que produz na sociedade atual.

Logo depois, o conceito de raça foi aplicado para distinguir plantas e animais de uma mesma espécie ou com alguns traços semelhantes. Contudo, com o passar dos anos, especificamente nos séculos XVI - XVII o conceito de raça foi usado para designar classe social. Dessa forma, se antes o conceito era usado para distinguir diferentes raças humanas, a partir do século XVIII passa a ser atrelado à classe social, na qual o sujeito está inserido.

Essa perspectiva vai ao encontro de Mangoli (2009), que afirma:

As primeiras tentativas de colocar ordem na humanidade, classificando-a em raças, datam do final do século XVII. Cem anos mais tarde, partindo de análises craniométricas, o médico alemão Johann Friedrich Blumenbach, propôs uma divisão de seres humanos nas raças caucasóide (branca), mongolóide (amarela), malaia (marrom), etiópica (negro) e americana (vermelha). Embora a classificação expresse uma atitude aristotélica, Blumenbach, não empregou as regras classificatórias clássicas para compor o seu quadro racial. No lugar delas, implicitamente, utilizou a noção platônica de tipo ideal. A partir dela, modelos abstratos servirão como ícones das raças e todos os indivíduos reais serão agrupados em função de sua similitude aparente com aqueles ícones (MAGNOLI, 2009, p. 21 apud SILVA, 2012, p. 60).

Em 1684, o francês François Bernier emprega a palavra raça para classificar determinados grupos contrastados, ou seja, as raças eram determinadas a partir de algumas características físicas. Desse modo, as raças ganham características próprias, como espessura cerebral, cor dos olhos, lábios e cabelos, sendo classificadas a partir de características fenotípicas.

Nos séculos XVI-XVII, o conceito de raça é (re) significado, sendo usado para diferenciar classe social, como forma de dominação dos mais pobres.

Mungama (2003) destaca que os conceitos de raças “puras” foram transportados da botânica e da Zoologia para legitimar as relações de dominação e de sujeição entre classes sociais ‘(Nobreza e Plebe)’, sem que houvesse diferenças morfo-biológicas notáveis entre os indivíduos pertencentes a ambas as classes.

Mungama (2003, p. 2) explica que até o fim do século XVII a explicação dos outros passava pela teologia e pela escritura, que tinham o monopólio da razão e da

explicação, visto que, para aceitar a humanidade dos “outros”, era preciso provar que todos eram descendentes de Adão e, para isso, a igreja representa a partir dos três reis magos as raças (negro, branco e índio), sendo o Baltazar o representante da raça negra. Essa forma de representação da igreja impunha uma forma de dominação dos povos.

Somente no século XVIII, a cor da pele foi considerada como critério fundamental e divisor d’ água entre as chamadas raças. Desse modo, as raças foram divididas entre três raças distintas: raça branca, amarela e negra. A partir daí, o termo incorpora a classificação de acordo com a cor da pele, incorporando, assim, a segregação da raça humana.

Segundo Abrahão (2010), raça e cor foram palavras que fizeram parte de um percurso histórico de reversão de sentido, visto que a raça está ligada não apenas a cor, gerando o preconceito de cor, mas também está relacionada a um preconceito de classe. Desse modo, o preconceito de cor é uma história antiga e ainda latente entre nós.

Desde o processo de cientificidade da palavra raça, a qual foi designada para classificar pessoas de características fenotípicas diferentes, surgiu também a inferioridade dos negros com relação aos outros. Assim, a palavra “negro” e/ou “preto”, trouxe uma conotação ligada a tudo que era negativo, inferior e marginalizado na sociedade. Nessa perspectiva, Guimarães (2009) afirma que:

O significado da palavra “negro”, portanto, cristalizou a diferença absoluta, o não europeu. Nesse sentido, um “preto” verdadeiro não era um homem letrado, nem um cristão completo, pois carregaria sempre consigo algumas crenças e superstições animalistas (omito, de proposito, qualquer consideração a respeito da mulher negra, sistematicamente ausente no processo identificatório). (GUIMARÃES, 2009, p. 51).

Nesse viés, conforme Guimarães (2008 apud ABRAHÃO, 2010, p. 41), inicialmente usada pelos europeus para designar pessoas e povos de cor mais escura, a palavra negro tornou-se designação de pessoas e povos de *status* social ou constituição biológica e supostamente inferiores de escravo ou povos em condição de submissão forçada. Um terceiro momento serviu de autodesignação desses mesmos povos em seus movimentos de libertação colonial e de recuperação de autoestima.

A existência de dominadores e dominados numa relação de senhores e escravos propiciou situações particulares, específicas, marcando a mentalidade nacional (COSTA, 2015, p. 15).

Uma dessas características é a interioridade racial ou social com relação ao branco, além do trabalho bruto ser negado e/ou executado por negros e não por brancos. Assim, o negro segue marginalizado; poucos se destacam na sociedade.

Mesmo com as várias tentativas de obter um sistema igualitário entre os povos, a partir do branqueamento da população a partir da imigração, além disso a criação de um estatuto de nº 7.716, de janeiro de 1989, que especifica em seu parágrafo 1º que:

A discriminação racial ou étnica racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objetivo anular ou restringir o conhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdade fundamentais nos campos econômico, social e cultural ou de qualquer outro campo da vida pública ou privada; II-desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;"
(Parágrafo único, Estatuto de Igualdade racial, de 5 de Janeiro de 1989).

Desse modo, em 1988, graças aos esforços do movimento negro, o racismo foi considerado crime. Entretanto, podemos observar que, apesar da existência de um estatuto que garante formas igualitárias para os negros, com o intuito de diminuir o abismo entre brancos e negros, a situação age de maneira inversa, pois, apesar de o racismo ser considerado crime, contam-se nos dedos os sujeitos punidos por esse crime. Isso ocorre, principalmente, porque os advogados das vítimas enquadram, de forma positivista, os opressores em outros capítulos das leis penais⁷.

⁷ Segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), os conceitos jurídicos de injúria racial e racismo, são coisas distintas. Enquanto consiste em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem, o crime de racismo atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. Ao contrário da injúria racial, o crime de racismo é inafiançável e imprescritível. (<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/79571-conheca-a-diferenca-entre-racismo-e-injuria-racial>).

1. Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; ideia preconcebida;
2. Julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo; 3. Superstição, credice, prejuízo; 4. Por extensão: suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões, etc. (<http://regial.jusbrasil.com.br/artigos/111968110/definicao->

A discriminação racial, fonte geradora do preconceito de cor, corrobora para o aumento desmedido dos casos de racismo, não mais de forma velada, com medo de retaliações, mas de forma severa e devastadora para quem sofre preconceito. Dessa forma, a discriminação por preconceito de cor no Brasil, na atualidade, apresenta-se dissimulada, porém disseminada, segundo a percepção da sociedade, a respeito do mito de democracia racial.

Dessa maneira, o mito da democracia racial construído preencheria “uma importante função de controle social, apontando para a unidade e homogeneidade nacional e ocultando a existência de divisões raciais e sociais” (HASENBALG, 1996, p. 238 apud TONINI, 2010, p. 45).

É importante esclarecermos, em síntese, que a partir da designação da palavra raça surge o racismo ou etnocentrismo, que corroboram para o preconceito de cor, gerando a discriminação racial.

Cabe salientar que, apesar dessas categorias estarem amalgamadas e, muitas vezes, para a sociedade parece uma só forma de discriminar, preconceito e discriminação racial são coisas distintas. O preconceito⁸ consiste em um sentimento, fruto de condicionamento cultural, dirigido sempre de forma grosseira, negativa e ruim. Já a discriminação racial⁹ vai além de um sentimento preconceituoso. Ela se concretiza a partir de atitudes, ações e, sobretudo, em políticas e convívio socioeconômico.

Segundo Blummer (1958 apud ABRAHÃO, 2010, p. 39), é o próprio preconceito que constitui o grupo racial, pois este não teria existência de nossa percepção sem estar relacionado ao nosso sistema de valores. Isso implica dizer que essa determinação de grupo social em relação ao outro inferioriza, delimita, exclui, expressando o preconceito por determinado grupo étnico.

[dos-termos-normativos-raca-cor-preconceito-discriminacao-racismo](#). Acesso: 20 de março de 2015).

⁸(...) o ato de discriminar consiste em ação dolosa do agente depreciando alguém, ao tratá-lo diferenciadamente, em função de sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A discriminação corresponde sempre a uma exteriorização intencional de vontade do agente, por ação ou omissão, recusando ou impedindo o exercício regular do direito pela pessoa discriminada. (<http://regial.jusbrasil.com.br/artigos/111968110/definicao-dos-termos-normativos-raca-cor-preconceito-discriminacao-racismo>. Acesso: 20 de março de 2015).

Donald Piersson (1971), um dos pioneiros dos estudos de relações raciais no Brasil, atribui à mobilidade social dos mestiços a inexistência do preconceito de raça, que, facultando a miscigenação, explicaria a ascensão dos mestiços. Desse modo, a partir da cultura de branqueamento, houve uma tentativa de apagamento da identidade negra, visto que a partir de um dado momento da ascensão social de negros e mestiços, há ruptura em sua identidade.

De acordo com Ianni (2004, p. 54), pode-se lembrar de que os dados permitem levantar a hipótese de que o fenômeno que está sendo apresentado como preconceito de cor, poderia ser considerado também em termos de preconceito de classe.

A análise do preconceito racial no Brasil não concebe a cor subsumida à classe. A cor é um peso relativo como indicado de *status Social*. Segundo Oracy, “a cor branca facilita a ascensão social, porém, não a garante, por si mesma; de outro lado a cor escura implica antes numa preterição social que em uma exclusão incondicional de seu portador (NOGUEIRA, 1998 apud ABRAHÃO, 2007, p. 4).

Mas como assumir que o Brasil é um país racista, apesar de criar um sistema igualitário? Na verdade, metade da população brasileira nega sentir preconceito ou reconhece-lo de forma real na sociedade.

Essa situação aparece de forma estabilizada e naturalizada, como se as posições sociais fossem quase um desígnio da natureza e as atitudes racistas, minoritárias e excepcionais: na ausência de uma política discriminatória oficial, estamos envolvidos no país de uma “boa consciência” que nega o preconceito ou o reconhece como mais brando (SCHWARCZ, 2012, p. 30).

Desse modo, o preconceito racial é velado numa sociedade que vive submersa em uma democracia racial, que, na verdade, só existe no papel. Todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados (SCHWARCZ, 2012, p. 30).

Assim, o preconceito no Brasil é sempre o preconceito do “outro”. Ainda que ninguém negue que há racismo no país, ele é sempre atribuído ao outro e não a nós mesmos. Seja da parte de quem age de maneira preconceituosa, seja daquela de

quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar.

Isso implica dizer que, na maioria das vezes, a discriminação é silenciada, tanto de quem pratica como também de quem sofre. Nesse sentido, muitos casos de racismo estão ligados não apenas a características biológicas e de classe, mas também a características padronizadas criadas em um imaginário social. Estereótipos que sobrevivem, independente da classe.

É inegável que a discriminação é suscetível de acontecer em todos os setores da vida social, mas, no Brasil, atitudes dessa natureza acontecem de maneira mais veemente, sobretudo, no trabalho, na interação familiar e no tratamento com a política.

Pesquisas recentes revelam a manifestação racista em músicas, educação e em campos como a justiça. No futebol, não seria diferente, embora se acredite que este domínio social é “isento” de racismo. Contudo, o racismo em campo vem ocorrendo avassaladoramente. Ele está ligado não apenas a representações estereotipadas, mas também, muitas vezes, ao desempenho dos jogadores.

Tajfet et al. (1971; 1981 apud TONINI, 2010) falam que estereótipos como indicadores de diferenciação grupal e mais especificamente da discriminação social têm mostrado que as pessoas atribuem mais traços e menos traços negativos ao seu grupo do que a outro grupo.

Desse modo, a categorização de estereótipos é também uma fonte de discriminação racial, julgada de forma que inferioriza sempre “outro”, não apenas em respeito às características físicas, mas também de identidade.

Pérez-Nebra e Jesus (2011 apud CARVALHO, 2014, p. 15) definem o estereótipo como categorização/generalização cognitiva que as pessoas fazem sobre algo ou alguém; o preconceito como atitude-julgamento/avaliação de cunho cognitivo, afetivo e de intenção comportamental (conação) sobre algo ou alguém-negativa sobre isso, esse ou esses que é/são estereotipados/os; e a discriminação como comportamento baseado no preconceito.

Desse modo, o preconceito e a discriminação são nutridos não apenas pelo desconhecimento, mas também pelos rótulos criados socialmente, culturalmente e historicamente para os sujeitos.

O preconceito e a discriminação atuavam fundamentalmente no sentido de reconduzir o negro a um lugar que ele historicamente ocupou no sistema de realizações sociais. (ABRAHÃO, 2010, p. 32).

Dessa forma, a partir de um parâmetro de critérios, valores e julgamentos estereotipados teriam como finalidade conservar o lugar do negro com um lugar inferior, periférico, marginalizado, no qual ele (o negro) tem ocupado ao longo da história, na sociedade.

Imagens simbólicas que retrata e transfere o negro para os tempos escravocrata, discriminando-o e excluindo-o da sociedade. Nesse sentido, quando referimo-nos a estereótipos, refletimos sobre imagens, ideias, sistematização de práticas sociais, que permanecem imbricados no imaginário social dos sujeitos.

Assim, os estereótipos são integrados ao sistema de valores do grupo e as pautas de conduta individuais de seus membros diante de situações de conflito social, antagonismo ou tensões intergrupais, e refletem “principalmente diferenças de classe, relações de raça e conflitos religiosos e internacionais” (COSTA PINTO, 1998, p. 186 apud ABRAHÃO, 2010, p. 33).

1.4 O negro no futebol brasileiro

Sendo o futebol uma paixão e um esporte de massa entre os brasileiros, muitos foram os percalços para a construção de sua identidade no Brasil. Assim, suor, lágrimas, dor, perseverança, preconceito e libertação: são os traços que caracterizam a cultura negra no Brasil. Os elementos citados se confundem com a exploração dos escravos, mas também com a participação dos negros na História do nosso esporte de identificação nacional: o futebol (CUSTÓDIO, 2010, p. 1).

A priori, a partir de uma visão marxista, o futebol era visto como um esporte de massas e como forma de alienação dos dominados, mas logo depois foi ganhando espaço e visto como fenômeno cultural e como forma de conhecer a

sociedade em que vivemos (SOARES, 2011, p. 7). Logo após, essa visão foi modificada e o futebol fez parte da cultura do Brasil e tornou-se uma questão de identidade. Quando observamos o futebol como identidade nacional, pensamos como passes identitários constituídos de forma única.

A atividade surgiu no Brasil no final do século XIX, comprometida com valores de classes mais abastadas economicamente. O futebol sucumbiu à participação dos populares e esse processo ocorreu embebido de tensões, nas quais o debate em torno do preconceito à brasileira e dos estereótipos presentes sobre o negro naquele espaço merecem especial atuação (SOARES, 2011).

Como esse esporte foi trazido por meio dos filhos de imigrantes ingleses para o Brasil, ele era praticado, exclusivamente, em clubes que reuniam as elites das principais cidades brasileiras. Desse modo, o ingresso da população negra e de classe social inferior era quase inexistente, visto que, como esse esporte era praticado pelas elites, brancos e negros não se misturavam.

Desse modo, o ingresso dos negros e/ou brancos pobres era quase inexistente. Um dos pretextos para o não ingresso dessa classe no esporte era o analfabetismo. Afinal, numa sociedade de passado escravocrata não se esperava que o racismo se manifestasse explicitamente nos times de futebol. Dessa forma, o racismo era velado por conveniência socioeconômica. Aos negros e mestiços, dar pontapés numa bola era um ato de emancipação. (ROSENFELD, 1993 apud TONINI, 2010, p. 49).

Assim, o início dessa prática esportiva é marcada por uma segregação de negros e brancos pobres, ocorrida pelo fato que o esporte era jogado pela elite aristocrática, de maioria branca. A prática do esporte por negros iniciou-se nas fábricas têxteis, nos campos de várzea ou nos terrenos baldios.

O primeiro ingresso de um negro em um time de futebol, Carlos Alberto, ocorreu em 1914, quando o jogador atuou pelo Fluminense e teve que pintar o rosto com pó de arroz, por medo da aristocracia do Fluminense rejeitá-lo

A bem dizer, não há território ou setor da vida nacional, em âmbito público ou privado, onde o racismo não se faça presente, às vezes só bastando uma pesquisa

consistente seja ele dissimulado, silenciado, beático e até metafórico, como acontece em sua modalidade disseminada no esporte, especificamente no futebol (SILVA M., 2009, p. 284).

No entanto, a entrada do negro no futebol brasileiro que, *a priori*, era jogado pela classe mais rica, foi possibilitada pelo jeito de jogar. Isso implica dizer que a malandragem, a ginga foram inseridas no esporte, formando, assim, o futebol à brasileira. Segundo Rosenfeld (1993 [1956] p. 100 apud TONINI, 2010, p. 49), a ginga caracteriza um estilo brasileiro de jogar futebol (dionisíaco). Com isso, o modo britânico (apolíneo) teria sofrido significativas mudanças com as contribuições de nossa cultura mestiça, particularmente do samba e da capoeira.

A situação inicial de qualquer competição esportiva é sempre simétrica, de igualdade; com competidores se encontrando no mesmo plano, classificados horizontalmente, sem distinção hierárquica. Ao final das disputas que ocorrem a partir de regras que são as mesmas para todos (o que faz com que todos tenham as mesmas oportunidades), teríamos uma disjunção em que os competidores, não mais horizontalizados, seriam verticalizados hierarquicamente desiguais (HELAL, 1990 apud ABRAHÃO, 2010, p. 39).

Isso implica dizer que o jogo de futebol apresenta igualdades numéricas e raciais, visto que a partir do apito inicial do árbitro as oportunidades são iguais para todos os jogadores e para as duas equipes. No entanto, apesar de se tratar de uma competição simétrica, sem distinção de cor, raça, credo, está cada vez mais latente nos campos de futebol o preconceito racial.

Preconceito esse que, aparece de forma avassaladora em estádios, em torcidas dos times. Sabe-se que, a partir do futebol, muitos sujeitos de classe inferior e marginalizados pela sociedade buscam uma ascensão social amalgamada a uma mudança de classe. O racismo rompe barreiras, atravessa os campos com insultos, cada vez mais ferozes.

O racismo apenas apurou o próprio estilo, abandonando expressões explícitas - “negro sujo” ou “crioulo nojento” - “para abrigar-se em conceitos mais modernos e

menos vulgares. Mas nem por isso menos cruéis”. (CORRÊA, 1985 p. 31 apud TONINI, 2010, p. 50).

O futebol nos tempos atuais passou a ser visto como uma forma de ascensão social, principalmente de negros e brancos pobres. Mas, isso não implica dizer que os negros deixam de sofrer racismo na sociedade. Muito pelo contrário, o racismo ocorre dentro e fora de campo e, muitas vezes, ligado não apenas a estereótipos cristalizados na sociedade, mas também ao seu desempenho em campo.

Como já dissemos anteriormente, neste trabalho nos propomos a analisar sequências discursivas que se materializam em discursos preconceituosos, direcionados aos negros no futebol. Para atingir nosso objetivo, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso fundada por M. Pêcheux. Para tanto, na próxima seção, faremos um percurso teórico da AD e as categorias que foram mobilizadas em nossa análise.

2 PERCURSO TEÓRICO

O presente trabalho percorre a trajetória teórico-metodológica que possibilitou os desvelamentos discursivos que envolvem os discursos racistas no meio futebolístico. Discursos carregados de um preconceito desvelado, ora sofrido ora profanado por jogadores e, muitas vezes, telespectadores de um determinado lugar unilateral.

Esse estudo é norteado pelos pressupostos teóricos da Análise do Discurso Francesa (doravante AD) de filiação pecheutiana. Desse modo, buscamos fundamentos essenciais para subsidiar nossa análise a partir das Condições de Produção desses discursos e de algumas teorias sociais. Apoiamo-nos em alguns autores como Octavio Ianni, Martiniano Silva, Antonio Soares, Alfredo Guimarães.

A fim de levar ao entendimento da nossa filiação teórica, apresentamos, a seguir, as categorias da Análise do Discurso que foram mobilizadas nesse trabalho para fomentar a construção das análises das sequências discursivas selecionadas. Assim, todas as categorias foram agrupadas em subcapítulos para possibilitar maior compreensão das mesmas.

2.1 Pressuposto Teórico em Análise do Discurso

Em uma época na qual os estudos da linguagem tinham como momento triunfante o estruturalismo Saussuriano e em que os estudos da “ciência da linguagem” tinham promessas de avanços, surge no fim de 1960, na França, um novo campo do saber: a Análise do Discurso.

Em meio ao turbilhão de acontecimentos no mundo e, sobretudo, questionamentos sobre saberes já constituídos, a AD vê de forma questionável alguns conceitos pré-definidos encontrados no estruturalismo, visto que Saussure excluía de sua teoria a fala, o sujeito e as relações sociais.

Desse modo, AD surge com o objetivo de contribuir com os avanços nos estudos da linguística, mas com a perspectiva do materialismo histórico, do efeito das relações de classe sobre o que podia chamar de práticas linguísticas.

Paralelamente, o Marxismo althusseriano agita pensadores da ortodoxia, renova a reflexão sobre a instância ideológica e “autoriza” a abertura em direção à psicanálise. (MALDIDIER, 2011, p. 40).

Em suma, a conjuntura entre 1966-1968 favorecia possibilidades de novas relações e, sobretudo, para um pensamento transversal. Ela constitui o terreno sobre o qual vemos emergir - entre 1966 e 1968, em torno de dois polos, que são o linguista Jean Dubois, então professor da Universidade de Nanterre, e o filósofo afeito à epistemologia e pesquisador num Laboratório de Psicologia Social, Michel Pêcheux - uma nova disciplina “transversal” que passa a ser designada como Análise do Discurso. (MALDIDIER, 2011, p. 41).

De acordo com Orlandi (2012), a AD procura compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.

A AD obteve seu marco inaugural em 1969, quando Michel Pêcheux publica a **Analyse Automatique du Discurs(Análise Automática do Discurso)**, tese defendida por ele, publicada pela Editora Dunod. Segundo Maldidier (2003), um novo campo de pesquisa constitui-se, então, na França, e desperta o interesse em torno do novo objeto, a saber, o discurso.

Pêcheux, com o pseudônimo de Thomas Hebert, em um artigo publicado em 1966, esclarece que ele pretende trabalhar para “articular” três continentes: Linguística, Materialismo histórico e Psicanálise. Michel Pêcheux invocará, posteriormente, o nome de Tríplice Entente.

Com a publicação do livro **Análise Automática do Discurso**, Michel Pêcheux, ‘maquina discursiva’, iniciou a fundamentar alguns conceitos essenciais da teoria do Discurso. Conforme Maldidier (2003), o livro inteiro sugere o que é dito explicitamente nas últimas páginas: uma teoria do discurso é postulada como teoria geral da produção dos efeitos de sentidos, que não será nem o subtítulo de uma teoria da ideologia nem o de uma teoria do inconsciente, mas poderá intervir no campo dessas teorias.

Assim, a AD de Pêcheux é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). (MALDIDIÉ, 2010, p. 13). Nesse sentido, o objeto discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. (MALDIDIÉ, 2010).

O discurso, por **AAD 69**, é construído a partir de hipóteses sociais, não se confunde com dados empíricos, nem com o texto. Segundo Cavalcante (2007, p. 78), “na perspectiva da AD, o discurso é práxis, pois, produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico, pelas necessidades impostas na produção e reprodução da existência humana, traz em si o histórico e o ideológico, próprios a essas relações”.

Então, a partir da perspectiva de Cavalcante (2007), quando falamos de discurso, estamos falando de um lugar de onde se produzem sentidos. Para nós, da AD de filiação pecheuxtiana, segundo Magalhães et al. (2009, p. 45), “o discurso é ‘práxis’ humana que só pode ser compreendido a partir dos entendimentos das contradições sociais que possibilitam a sua objetivação”.

No caso do estudo do racismo, vemos o discurso como reprodução, produção e, sobretudo, circulação de sentidos construídos e imbricados nas relações sociais, perpassadas pela Ideologia, estabelecendo, assim, uma relação de poder entre os sujeitos.

Bakhtin (1929, p. 41 apud CAVALCANTE, 2007.) afirma que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas relações sociais”. Nesse viés, vemos que o discurso associado à mídia pode estabelecer relações tendenciosas na propagação e circulação de uma ideologia racista, que é retomada através de uma rede de memória, que retoma os tempos de escravidão e aprisionamento dos negros na sociedade.

Desse modo, a fim de compreender as produções discursivas, há que se levar em consideração as categorias da Análise do Discurso, que surgirão como subseções desse capítulo.

2.2 Condições de Produção

Segundo Courtine (2009, p. 45-6), foram três as origens das Condições de Produção¹⁰.

A primeira definição se origina, inicialmente, da análise do conteúdo, da maneira como esta se encontra praticada, especialmente, em psicologia social. De acordo com Berelson (1952), a análise de conteúdo assume explicitamente como objeto a análise das condições de produção dos textos (HENRY; MOSCOVICI, 1968).

A segunda, por sua vez, é atribuída à Sociolinguística, que apresenta seu papel de forma indireta. Visto que a Sociolinguística evidencia o caráter semântico das estruturas linguísticas sociais, ou seja, o estado social do emissor, estado social do receptor como também as condições sociais de comunicação.

A terceira origem, a partir do texto **Discourse e Analyses**, de Harris (1952), trata da origem implícita da CP. Desse modo, Harris correlacionou o termo “situação” ao termo “discurso”.

Inicialmente, há uma influência da elaboração dessa noção de ‘situação’ que, para o linguista Harris, ocupa, ao lado noções de “particularidade de personalidade” e de “experiência do indivíduo”, o lugar de um impensado, aquele do extralinguístico, especificado apenas por sua exterioridade em relação ao extralinguístico.

No entanto, de acordo com Courtine (2009), as definições das Condições de Produção originadas na análise do conteúdo, da sociolinguística e, sobretudo, do artigo de Harris, são compatíveis, porém insuficientes. Essas formulações, remete Courtine, designam o que a Linguística conhece como sujeito da enunciação e situação de enunciação (COURTINE, 2009, p. 41).

Assim, de acordo com Malidier (2011), pode-se dizer que para a AD o conceito de CPs foi constituído como princípio constitutivo dos dados discursivos do *corpus*. Isso implica dizer que, se inicialmente o conceito de Condição de Produção

¹⁰ Usaremos CPs, a partir de então.

estava relacionado às ‘circunstâncias’ de um discurso, passou, então, a ser determinado por um ‘exterior’ com sua carga sócio-histórica e ideológica.

A referência às Condições de Produção designava a concepção central do discurso determinado por um “exterior”, como se dizia então, para invocar tudo o que, fora da linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui.

Parafraseando Courtine (2006), o discurso nasce de uma fonte em um dado momento histórico definido, por exemplo, o discurso produzido pela formação naquela conjuntura. Desse modo, entendemos que as Condições de Produção se dão a partir da situação, da memória e dos Sujeitos na discursividade, emergem em um dado momento histórico na conjuntura atual, (re)significando dizeres em um determinado momento.

Dessa forma, tendo em vista que um processo discursivo é amplo e, sobretudo, contínuo, que retomam esses dizeres, de um dado momento histórico, e que os lugares que os sujeitos ocupam em uma determinada situação discursiva remetem a dizeres realizados, imaginários e possíveis. Nesse viés, é a partir da situação, dos sujeitos que acionam essa Memória Discursiva, que as condições se fazem valer no discurso.

Segundo Orlandi (2012, p. 30), as CPs em sentido estrito estão ligadas às circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E as de sentido amplo, as Condições de Produção incluem o contexto sócio-histórico e ideológico.

Ao analisarmos a questão aqui suscitada, o racismo de cor, podemos constatar que é essencial conhecer todo percurso no qual o negro sofreu, para, então, entendermos as CPs desses dizeres racistas, que se propagam na sociedade nos dias atuais.

Desse modo, entendermos, em seu sentido amplo, através de uma rede de memória, que o racismo de cor traz resquícios dos tempos da escravidão negra e, sobretudo, o contexto histórico social, a partir das relações de produção, que marginalizam, atribuindo uma inferioridade perante determinados grupos sociais, que se consideram diferentes.

Já em sentido restrito, as CPs se revelam, de forma latente na sociedade, visto que, apesar de uma democracia racial, aparentemente segmentada, os negros continuam sendo discriminados, seja nos campos de futebol ou fora deles, através de discursos racistas que circulam na sociedade.

Orlandi (2012) explica que as Condições de Produção implicam:

[...] o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma mesma conjuntura sócio-histórica. (ORLANDI, 2012, p. 40).

Ao colocar a exterioridade como marca fundamental, a partir da relação entre o dizer e a relação do sujeito com uma dada conjuntura, levando-o a assumir uma posição ideológica, a AD objetiva aprender o discurso como *práxis* social, isto é, como uma relação de mediação entre os homens. (SANTOS, 2010, p. 20).

Desse modo, é necessário considerarmos o discurso em sua perspectiva sócio-histórica, em seus sentidos, sua atuação na realidade. “Todo sujeito é, constitutivamente, colocado como autor e responsável em cada prática que se inscreve”, observa Pêcheux (1988, p.214), segundo o qual o mecanismo pelo qual o sujeito é levado a reproduzir o discurso hegemônico ocorre ao mesmo tempo em que os objetos ideológicos lhe são oferecidos. (SANTOS, 2010, p. 21).

2.3 Formação Discursiva

O conceito de Formação Discursiva (FD) surge pela primeira vez em 1969, com **Arqueologia do Saber**, de Michel Foucault, que traz alguns questionamentos sobre as condições históricas e discursivas que constituem os sistemas do saber.

Para Foucault, “as formações discursivas são regidas por um conjunto de regularidades que determinam sua homogeneidade e seu fechamento” (INDURSKY, 2011, p. 79). Foi a partir desse termo encontrado na **Arqueologia**, que M. Pêcheux extrairá o termo FD do qual a AD se apropriará, submetendo alguns elementos conceituais a um trabalho específico (COURTINE, 2009, p. 70).

Apesar da AD pecheuxtiana ter extraído esse termo de FD, a partir de Foucault, a FD de Pêcheux se difere em um ponto, como explica Zandwais (2009):

É que ainda que para Foucault a categoria possa ser composta por saberes de diferentes épocas, ela é “sempre tomada como objeto de investigação na emergência em que se produz sistematicidades, desarticulada, portanto da Ideologia. O que vai de encontro a teoria pecheuxtiana, segundo a qual a FD “não somente está diretamente articulada a FI¹¹, as condições de produção, como também a um determinado tipo de subjetividade tomada da/na história. (ZANDWAINS, 2009 apud SANTOS, 2013, p. 22).

Assim, umas das primeiras formulações sobre FD encontra-se em um texto, que teve como coautoria Fuchs. Nesse texto, os autores estabelecem a relação ideologia e discurso, entendendo que:

Se deve conceber o discurso como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. Dito de outro modo, a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, O que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um dos seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico. (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166-7 apud INDURSKY, 2001, p. 81).

Assim, desde o início é perceptível que, para Pêcheux, a noção de FD está desde sempre entrelaçada com a noção de ideologia. Dessa forma, percebe-se que a noção de Formação Discursiva corresponde a um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode ou deve ser dito (PÊCHEUX, 1988, p. 160 apud INDURSKY, 2001, p. 81).

Chamaremos, então, de FD aquilo que, numa Formação Ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode ou que deve ser dito [...]. (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

Os sentidos, por sua vez, não existem em si, mas a partir das posições ideológicas que os sujeitos assumem em cada tomada da palavra. Entendemos que as FDs são lugares que as palavras constituem sentidos, a partir dos lugares sociais ocupados pelos sujeitos.

¹¹ Usaremos FD para designar Formação Discursiva, a partir de então.

Desse modo, o conceito de FD regula, dessa forma, a referência à interpelação, do indivíduo em sujeito de seu discurso. É a Formação Discursiva que permite dar conta do fato de que sujeitos falantes situados em determinada conjuntura histórica possam concordar ou não sobre o sentido a dar as palavras “falar diferentemente falando a mesma língua” (BRANDÃO, 2012, p. 49).

Nesse viés, podemos dizer que a FD não é uma linguagem apenas, mas sim várias linguagens em uma única. Assim, entendemos que as FDs são heterogêneas. Essa perspectiva vai ao encontro de Courtine e Mandarin (1981), que conclui que:

Uma FD é, portanto, heterogenia a ela própria: o fechamento de uma FD é fundamentalmente instável, ela não consiste em um limite traçado de forma definida, separando um exterior e um interior, mas se inscreve entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca em função dos embates das lutas ideológicas (COURTINE, 1981 apud BRANDÃO, 2012, p. 50).

Em consequência dessa heterogeneidade das FDs, Courtine (1982) acrescenta que se caracteriza uma unidade dividida que tem como princípio constitutivo a contradição:

Tal contradição, longe de ser aparência ou acidente do discurso, longe de ser aquilo de que é preciso libertá-lo para que ele libere enfim sua verdade aberta, constitui a própria lei da existência; é a partir dela que emerge, é ao mesmo tempo para traduzi-la e para superá-la que se põe a falar [...], é porque ela esta sempre aquém dele e ele jamais pode contorna-la indiretamente, que ele muda, que se metaforseia, que ele escapa por si mesmo a sua própria continuidade. A contradição funciona, então, no fio do discurso, como princípio da sua historicidade. (FOUCAULT, 1969, p.186 apud BRANDÃO, 2012, p. 50).

Como os sentidos em uma determinada FD não são únicos, pois um sentido pode ser um ou outro, isso depende não apenas da ideologia que o interpela, mas também da sua posição na discursividade. Segundo Orlandi (2010, p. 43), “o discurso se constitui em seus sentidos, porque aquilo que o Sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não em outro para ter um sentido e não outro”.

Desse modo, as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das FDs em que se inscrevem. Os sentidos, por sua vez, são ideologicamente marcados.

Nessa perspectiva, acrescenta Pêcheux (2009):

De modo correlato, se admite que as mesmas palavras, expressões e posições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e preposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada “ter o mesmo sentido” o que - se estamos sendo bem compreendidos - representa na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou preposição) seja dotado de sentido. (PÊCHEUX, 2009, p. 148).

Pode-se afirmar, juntamente com Pêcheux, que “os indivíduos são ‘interpelados em sujeitos’ de seu discurso pelas Formações Discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p.161apud INDURSKY, 2001, p. 81).

Ainda podemos afirmar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação do indivíduo em Sujeito com a Formação Discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito) (idibid, p. 163). Essa afirmação é completada por Orlandi (2010), que diz:

A evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção. Do mesmo modo, podemos dizer que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”), apaga o fato de que ele resulta de identificação: o sujeito se constitui por interpelação que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva – que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma- sujeito correspondente, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), sujeitos com seus direitos e deveres. (ORLANDI, 2010, p. 45).

Partindo do pressuposto de que a linguagem é incompleta e que nem os sujeitos, nem os sentidos se dão por acabados e que constituem e funcionam sob o modo do entremeio, da falta, do movimento, afirma Orlandi (Idem, p.52), que ao mesmo tempo que é “sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização”, os homens e os sentidos “fazem percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem” (ORLANDI, 2012, p. 52-3 apud SANTOS, 2010, p. 24).

2.4 Formação Ideológica e Forma-sujeito

Como mostramos no subtópico anterior, as FDs são interligadas às Formações Ideológicas (doravante FI), que são antagônicas, estabelecendo a partir dos lugares que os sujeitos se inscrevem o processo de produção de sentidos. Em

outros termos, a FI tem necessariamente como um de seus componentes uma ou várias FDs interligadas (BRANDÃO, 2012, p. 47).

Quando falamos de sujeito com relação à história, estamos falando de um sujeito ideológico, produtor de efeitos de sentidos, pela relação com o simbólico. Nesse viés, podemos dizer que a ideologia parte das condições para constituição de sentidos e do sujeito, para ele (o sujeito) produzir seu dizer.

Desse modo, a ideologia constitui, então, o sujeito e os sentidos, em sua função de estabelecimento da relação necessária entre o linguístico e o social. (CAVALCANTE, 2009, p. 68).

Ele (o sujeito) busca respostas, a partir do seu lugar social, assumindo posições ideológicas que, em suas práticas sociais de relações de classe, produzem sentidos. (CAVALCANTE, 2010, p. 69).

Assim, o sujeito produz sentido a partir da Formação Ideológica com a qual se identifica. Haroche et al. (1971. p. 102 apud BRANDÃO, 2012, p. 47) assim definem essa categoria:

Falar-se-á de Formação Ideológica para caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) susceptível de intervir confrontada com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma Formação Social em um momento dado; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente as posições de classes com conflito umas em relação as outras.

Assim, em um determinado momento histórico e no interior dos Aparelhos Ideológicos do Estado¹² (AIE), as relações de classes podem ser caracterizadas pelo confronto das posições de classe que, por sua vez, organizam as relações de dominação e antagonismo.

As FI, por sua vez, são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as

¹² Althusser (1985) expõe os seguintes Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE): AIE religioso, AIE escolar, AIE familiar, AIE jurídico, AIE político, AIE sindical, AIE de informação, AIE cultural.

posições em que os sujeitos se colocam, são colocados (CAVALCANTE, 2010, p. 69).

Dessa forma, as FI se constituem, por conseguinte, por “um conjunto complexo de atitudes e representações que nem são individuais, nem universais, mas dizem respeito às posições de classe em conflito”.(HAROCHE et al., 1971 apud CAVALCANTE, 2010).

Assim, pode-se dizer que as FI têm o caráter regional e comportam a posição de classe que agem, por sua vez, como um sistema de forças antagônicas que atuam na luta de classes. Segundo Pêcheux (1988, p. 146), as FI “possuem um caráter regional e comportam as posições de classe”. Além disso, acrescenta que:

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de igualdade- subordinação do ‘ todo complexo dominante’ das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/ transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 1988, p. 146).

Levando em consideração uma determinada formação social baseada na subordinação/dominação, não existe uma divisão no sentido de que os indivíduos, em sua totalidade, representassem as posições ideológicas em que estão situados de fato, acrescenta Pêcheux:

[...] é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas “concepções de mundo”, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe “mais forte”, que imporá, então, sua ideologia à outra (PÊCHEUX, 1988, p.144 apud SANTOS, 2013, p. 27).

Dessa forma, entendemos que é pelo viés da forma-sujeito, resultado do processo de identificação, que o sujeito pêcheuxtiano se inscreve em determinada FD, podendo assumir diferentes modalidades de subjetivação.

Segundo Orlandi (2012, p. 50), a forma-sujeito histórica corresponde à da sociedade atual e representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. É a partir, do assujeitamento, de acordo com a autora, que “ele é capaz

de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas- pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”.

Desse modo, a partir da interpelação da ideologia, transformando indivíduos em sujeitos, eles (os sujeitos) passam a ter a ‘impressão’ de que são senhores de suas palavras (“eu digo”, “eu fiz”), determinando o seu dizer. Essa perspectiva vai ao encontro de Orlandi (2012, p. 50), que, tomando em conta a relação da língua com a ideologia, observa como, através da noção de determinação, o sujeito gramatical cria um ideal de completude, participando do imaginário de um sujeito mestre de suas palavras: ele determina o que diz.

Nesse sentido, ele pode assumir três posições: de identificação com a ordem vigente, tomando-se um reprodutor da ideologia dominante; de contra-identificação com essa ordem, através do distanciamento, do questionamento ou da dúvida; e de desidentificação com a ideologia dominante, identificando-se com uma FD contra-hegemônica. (SANTOS, 2013, p. 27).

Desse modo, a primeira modalidade de sujeito compreende o do discurso da ‘forma-sujeito’¹³, que consiste, segundo Pêcheux (2009, p. 199), numa superposição “entre o sujeito da enunciação eo sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza o assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido”’. Nesse sentido, poder-se-á dizer, que há uma identificação entre indivíduos pertencentes a classes antagônicas.

Já a segunda modalidade, caracteriza o discurso do “mal sujeito”, discurso no qual o sujeito da enunciação “se volta” contra o sujeito universal por meio de uma “tomada de posição” que consiste, dessa vez, em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao sujeito universal lhe dá a pensar (PÊCHEUX, 2009, p. 199).

Em outras palavras, o “mal sujeito” ou “mau espírito”, se contra-identifica com a Formação Discursiva que lhe é imposta pelo interdiscurso.

¹³ A expressão “forma-sujeito” é introduzida por L. Althusser (“Resposta a John Lewis”, in Posições I. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 67): “Todo indivíduo humano, isto é, social, só pode ser agente de uma prática se se revestir da forma de sujeito”. “A ‘forma- sujeito’, de fato, é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente de práticas sociais”. (PÊCHEUX, 2009, p. 150).

Dessa forma, é no interior da forma-sujeito, na medida na qual o interdiscurso se faz valer, na discursividade, que há a identificação e/ou a contra-identificação com o discurso do sujeito universal. Essa perspectiva vai ao encontro de Pêcheux, que afirma que é a partir desse antagonismo, no interior da forma-sujeito, à medida que definimos o interdiscurso, continua a determinar a identificação e a contra-identificação do sujeito com uma Formação Discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite (PÊCHEUX, 2009, p. 200).

A última modalidade se diferencia das demais, afirma Pêcheux (2009, p. 201), visto que ela integra o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, que toma uma forma de desidentificação. Trata-se de um processo que leva a um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito.

Ao mesmo tempo em que o sujeito do discurso se (des) identifica com uma Formação Discursiva dada e sua forma-sujeito, identifica-se com outra Formação Discursiva e sua forma-sujeito, dando sustentação a uma nova prática ideológica.

2.5 Silêncio e resistência

Escrever sobre o silêncio não é uma tarefa fácil, pois, segundo Orlandi (2007), mesmo antes do início da linguagem, o silêncio já se fazia presente como uma forma de significação, podendo se dizer que assim como a linguagem o silêncio também é constituído de sentido.

Desse modo, o silêncio não é um mero complemento da linguagem, ele tem sua própria significância. (ORLANDI, 2007, p. 23).

Ao pensarmos no discurso, entendemos que ele é o lugar de encontro da língua e da materialidade histórica. É o lugar de confronto de ideologias e que a partir das evidências o sujeito passa ter o controle do seu dizer. É, portanto, nesse lugar teórico, que aparece a necessidade da ideologia na relação com a produção de Sentidos. A ideologia, por sua vez, se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade histórica (ORLANDI, 2007, p. 20).

Daí a afirmação de que o sentido pode ser sempre outro, pois o sentido de uma palavra “não existe ‘em si mesmo’[...], mas ao contrario é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX, 2009, p. 160).

Entendemos que, a partir desse silêncio, há uma produção de sentidos, visto que ele liga o não dizer à história e a Ideologia. Dessa forma, é nessa relação entre o dizer (dito) e o não dizer (não-dito) que acontece a movimentação de sentidos e trazem à tona Sentidos outros que entrecruzam no dizer dos Sujeitos.

Nessa perspectiva, afirma Orlandi (2007):

[...] todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer. Essa dimensão nos leva a apreciar a errância dos sentidos (a sua migração), a vontade do “um” (da unidade, do sentido fixo), o lugar do *non sense*, o equívoco, a incompletude (lugar dos muitos sentidos, do fugaz, do não apreensível), não como meros acidentes da linguagem, mas como o cerne mesmo do seu fundamento (ORLANDI, 2007, p.12).

O silêncio é assim a “respiração” (o folego)da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido (ORLANDI, 2007, p.13).

Desse modo, o silêncio pode ser pensado como a respiração da significação, o recuo necessário para essa significação, ou seja, o lugar para que o sentido faça sentido. Em outras palavras, é o silêncio como horizonte, como iminência de sentido (ORLANDI, 2012, p. 83).

A autora distingue ainda as categorias de silêncio, a saber, o silêncio fundador e a política do silêncio, que abrange duas formas de silêncio, o silêncio constitutivo e o silêncio local.

Segundo Orlandi (2007), o silêncio fundador é aquele que indica que o sentido pode ser sempre outro. É aquele que pode ser compreendido como o não dito, que é a história, e que, dada a relação de sentido com o imaginário, é a função da relação necessária entre língua e ideologia.

E o silenciamento ou política do silêncio, segundo Orlandi (2010), divide-se em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é

preciso não dizer). E o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa conjuntura não se diz a palavra ditadura não porque não se sabia, mas porque não se pode dizê-lo) (ORLANDI, 2010, p. 83).

Enquanto o silêncio fundador não estabelece divisão entre o dito e o não-dito, na medida em que ele significa por ele mesmo, a política do silêncio, partindo do pressuposto de que o sentido é definido ideologicamente, produz um recorte necessário no sentido. Dessa forma, ao dizer o sujeito está dizendo outros sentidos, que poderiam levá-lo a ocupar outra posição, já que o silêncio trabalha os limites das diferentes Formações Discursivas, ou seja, trabalha o jogo da contradição de sentidos e a da identificação do sujeito.

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio (s). (ORLANDI, 2007, p. 102).

Cabe ressaltar que o silêncio e o implícito não são a mesma coisa. O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído (ORLANDI, 2007, p. 102).

O silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e o pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras (ORLANDI, 2007, p. 37).

A censura é a interdição do sujeito em Formações Discursivas determinadas. É a proibição de certos sentidos. No entanto, não se trata de uma censura completamente eficaz; os sentidos escapam.

Podemos pensar a censura no discurso de resistência contra o racismo. Ela age, de certa forma, proibindo o sujeito de proferir o seu dizer em determinadas situações discursivas.

Quando pensamos nos múltiplos discursos que operam na sociedade, pensamos nos discursos que se configuram com relação à raça e ao racismo no

Brasil. Um discurso ora de afirmação, ora de resistência da raça negra, mas que, sem dúvida, muitas vezes, são silenciados.

Silenciados não apenas pela nuvem de democracia racial que paira pelo país, mas também como forma de censura e porque não dizer de opressão.

Já é bem conhecido o fato que o poder exerce acompanhado de certo silêncio. É o silêncio da opressão (ORLANDI, 2007, p. 101).

O silêncio, por sua vez, não é transparente, muito pelo contrário, ele é tão ambíguo quanto às palavras, pois, a partir de condições específicas, constitui a sua significação.

A censura trabalha sobre o conjunto do dizível, do outro, em uma retórica de resistência, há uma política de silêncio que se instala (consensualmente) e que significa justamente o que, do dizível, não se pode dizer (ORLANDI, 2007, p. 111).

Nesse viés, podemos dizer que o racismo, ao longo dos anos, pode ter sido considerado brando e, muitas vezes, silenciado. Os sujeitos negros se calam para não sofrer retaliações. Assim, o discurso de resistência contra o racismo é suprimido, silenciado.

A censura é o sintoma que ali pode haver outro sentido. É nela que está a resistência. Na proibição está o “outro” sentido (ORLANDI, 2007, p. 118).

Além disso, a censura atinge a constituição da identidade do sujeito. A identidade, por seu lado, sempre em movimento, encontra suas formas de manifestação não importa em que situação particular de opressão. (ORLANDI, 2007, p. 118).

2.6 Memória, Interdiscurso, Esquecimento

Para falar de Memória discursiva e Interdiscurso, faz-se necessário levar em consideração as Condições de Produção, a formulação discursiva e a situação na qual o sujeito está inserido no momento da enunciação. É importante salientar que a memória, por sua vez, faz parte das Condições de Produção, seja ela ampla ou

restrita, e é a maneira na qual essa memória é 'acionada' que faz valer tais Condições de Produção.

Essa memória é coletiva e, portanto, memória de todos (COURTINE, 2006, p. 79). Nesse sentido, é a partir dela que o sujeito tem a possibilidade de retomada, retorno e reagrupamento da palavra no momento da construção discursiva. Segundo Orlandi (2012, p. 31), a memória tem características quando pensada em relação ao discurso. Nessa perspectiva, ela pode ser tratada como Interdiscurso.

Desse modo, interdiscurso é tratado como:

Aquilo que fala antes, em outro lugar, independente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma de pré- construído, o já- dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2012, p. 31).

Entendemos que a memória é o já-dito e que a partir dela há uma repetição do que foi dito e já esquecido pelo o sujeito, em outros discursos. Em outras palavras, é ela que fornece a base de sua sustentação e isso se deve à existência de sentidos que estão temporariamente "sedimentados" por circularem em práticas sociais como "evidentes" (SOBRINHO, 2011, p. 3).

Esses sentidos sustentam as possibilidades de todo dizer e, sobretudo, a relação entre o sujeito com a ideologia, que atravessa esse dizer, dando 'autonomia' ao sujeito, no qual assume uma determinada posição. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2012, p. 32).

A memória, por sua vez, pode ser vista como a estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a Memória Discursiva seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os "implícitos" (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discurso-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2010, p. 52).

Para Orlandi (2012, p. 33), é importante que haja uma delimitação do que vem a ser interdiscurso e que o mesmo não seja confundido com intertexto. Desse modo, o Interdiscurso pode ser definido como:

Todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é feito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2012, p.33-4).

Partindo do princípio de que os dizeres do sujeito e os sentidos trazem uma relação entre ideologia e inconsciente e que, sobretudo, a memória é afetada pelo esquecimento, Pêcheux (1975) distingue duas formas de esquecimento no discurso: esquecimento nº1 e esquecimento nº2.

O esquecimento número dois é da ordem da enunciação, já o esquecimento número um é chamado de esquecimento ideológico. Pêcheux (2009, p.161) observa que o esquecimento nº 2 é aquele pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior de uma formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nelas se encontram a relação de paráfrase - um enunciado, forma ou sequência, e não outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na Formação Discursiva considerada.

Por outro lado, o esquecimento nº 1 está na base do inconsciente, visto que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da Formação Discursiva que o domina. Nesse sentido, o esquecimento nº1 remete por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que esse exterior determina a Formação Discursiva em questão (PÊCHEUX, 2009, p. 162).

Em outras palavras, entendemos que o esquecimento nº2 é determinado pela escolha que o sujeito fazem seu discurso, dando a impressão de que no momento da enunciação o que pode ser dito com certas palavras e não com outras, por isso certas escolhas de paráfrases. No entanto, o esquecimento nº 1, está por sua vez ligado, à ilusão trazida ao sujeito da origem do seu dizer. Ou seja, para ele, na realidade, os primeiros sentidos dados no momento da enunciação foram dados por ele.

Operando de forma articulada, os esquecimentos permitem ao sujeito - de forma inconsciente, por intermédio da determinação ideológica - fazer sentido através do retorno da Memória Discursiva, através da qual há a retomada de pré-construídos, constituído, por sua vez, no Interdiscurso, espaço indissociável entre o silêncio e a linguagem (OLIVEIRA, A., 2013, p. 31).

Voltaremos a mobilizar essas categorias em nossa análise das sequências discursivas, identificando como esses sentidos são desvelados.

Apresentamos neste capítulo trechos do percurso teórico e metodológico que nortearam esse estudo. Passaremos, a seguir, à constituição do *corpus* de análise e a análise das materialidades discursivas que o constitui. Pretendemos, conforme já destacamos ao longo desse estudo, desvelar os efeitos de sentidos e a circulação de discursos racistas no futebol brasileiro.

3 “#SOMOS TODOS MACADOS”: O ACONTECIMENTO DISCURSIVO

Para entendermos a campanha **#Somostodosmacacos** como acontecimento discursivo, é necessário tecer algumas considerações acerca do que vem a ser acontecimento discursivo e acontecimento histórico, porque são conceitos híbridos e heterogêneos na Análise do Discurso.

Partimos da perspectiva de Pêcheux (1990, p. 17), quando afirma que “um acontecimento é um ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória”. A esse respeito, tomamos também a contribuição de Bakhtin (1993, p. 54 apud CAVALCANTE; MACHADO, 2015, p. 21), que assim define acontecimento:

Evento de curta ou longa duração, em seu contexto imediato, convocando uma memória histórica das tensões, no espaço da luta de classes [...] Movimento responsabilmente consciente da consciência que transforma a possibilidade na atualidade de uma ação realizada.

Dando continuidade, Cavalcante e Machado (2015, p. 122) afirmam: “assim os processos discursivos são constituídos a partir dos acontecimentos, numa dada sociedade, na qual discursos emergem”. Também é importante ressaltar como esse acontecimento é apreendido e a profusão de sentidos que faz circular. Desse modo, entendemos que a historicidade tece as redes de memória do sujeito, que assume posições discursivas. Essas posições remetem às Condições de Produção do discurso.

Nesse viés, tomamos o discurso como estrutura e acontecimento, no qual o sujeito, a partir de uma rede de memória, entrecruza dizeres, já esquecidos, (re) significando-os dentro de uma determinada Formação Discursiva (FD)¹⁴. Os discursos se repetem; ou melhor, há repetições que fazem discursos (COURTINE; MARANDIN, 1981, p. 28).

Ao voltarmos nosso olhar ao nosso *corpus* de análise, inicialmente construído a partir de um acontecimento publicitário, a campanha **#Somos todos macacos**, ocorrida a partir do preconceito racial sofrido por jogadores brasileiros, em sua atuação em campo, pensamos a campanha como acontecimento discursivo, pois o

¹⁴ Trataremos dessa categoria posteriormente.

acontecimento nos toma por vários sentidos; sentidos esses que entrecruzam com outros dizeres, retomando, (re) significando uma memória velha trazida à atualidade.

Para explicar o acontecimento discursivo, Pêcheux (1990, p. 19) parte do enunciado **On a gagné [Ganhamos]**, ocorrido em Paris, em 10 de maio de 1981, após a divulgação da vitória de François Mitterrand nas eleições na França. Em seu livro **Discurso: Estrutura e acontecimento**, Pêcheux reflete como a estrutura linguística “on a gagné”, aparentemente sem sentido na perspectiva linguística (uma frase cujo sujeito é indeterminado e um verbo transitivo sem complemento), produz sentidos - toda sociedade francesa sabe quem ganhou e o que ganhou.

No meio político, nas eleições para Presidente da República, a partir das redes de memória do povo francês, esse acontecimento improvável, que tinha começado bem antes do dia 10 de maio, é atualizado por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de lado do campo político) (PÊCHEUX, 1990, p. 20).

Desse modo, tomaremos como objeto de estudo a campanha **#Somos todos macacos**. A referida campanha surge de um acontecimento de cunho racista, já que em uma partida de futebol, em um lance normal de jogo, no qual o jogador Daniel Alves se preparava para bater um escanteio, uma banana foi atirada contra ele. A partir dessa ação dos torcedores, Daniel parou o lance, pegou a banana do chão e comeu-a.

O jogador Neymar, a partir desse ato preconceituoso, lança a campanha na internet através de uma fotografia com seu filho, que segura uma banana.



Neymar e seu filho, Davi Lucca, na campanha #somostodosmacacos.

A atitude de Daniel foi um acontecimento histórico no que diz respeito ao combate do racismo, visto que, geralmente, os jogadores ignoram atitudes racistas advindas da torcida ou fazem desabaços contra o racismo sofrido.

Nesse sentido, a AD compreende que o acontecimento histórico ocorre em um determinado tempo e espaço da história. Assim, entendemos a atitude de Daniel Alves como um acontecimento histórico, já que “pode ser discursivizado de diferentes formas e produzir efeitos de sentido diversos” (DELA-SILVA, 2008 apud RASSI, 2010, p. 3). Nessa perspectiva, o discurso antigo nos move a um discurso evolucionista trazido para um discurso novo, o discurso étnico racial. Em outras palavras, o acontecimento é a história que entra a partir do intradiscurso.

Segundo Engels (1876), há centenas de milhares de anos, numa época ainda não estabelecida em definitivo, vivia uma raça de macacos antropomorfos, extraordinariamente desenvolvida, descrita por Darwin como criaturas de corpos cobertos de pelos, barba, orelhas pontiagudas, que viviam em árvores e formavam manadas. O estudo dessa espécie foi decisivo para o entendimento da evolução humana, pois os macacos em questão andavam em posição ereta e usavam as mãos para executar tarefas como comer, empunhar garrotes e se defender dos inimigos.

Importante destacar que em seus estudos sobre a evolução da raça humana a partir do estudo dessa espécie, Darwin comparou a espécie humana aos macacos a partir de um estudo genético, e não afirmou que evoluímos dos macacos, mas que erámos primatas como eles.

Voltando ao nosso ponto de partida **Somos todos macacos**, lançamos algumas indagações sobre tal enunciado: Quem somos? Todos? Brancos e negros?

Quando analisamos esse enunciado, observamos que o verbo “somos” indica uma totalidade, ou seja, “nós” “todos”, toda a raça humana. Implicitamente, traz consigo uma democracia racial “aparente” posta à sociedade.

No entanto, por outro olhar, há uma contradição nessa aparente democracia racial, já que, mesmo sabendo que somos influenciados por outras etnias, que não

há um sangue puro, as pessoas que possuem pele branca não sofrem preconceito étnico-racial.

4 QUESTÃO RACIAL: UMA ANÁLISE ALÉM DOS GRAMADOS

Como nos referimos nos capítulos anteriores, é a partir do racismo que é gerado o preconceito racial. Preconceito esse que surge latente, e cada vez mais forte, dentro e/ ou fora dos gramados. Mesmo com a política de embranquecimento da raça negra e o mito de democracia racial, o racismo ganha força e apaga identidades.

A mídia, apesar de promover campanhas para amenizar o racismo, ainda continua sendo a parte hegemônica em sua proliferação e alimentação. Isso ocorre a partir do momento em que se criam estereótipos de beleza, de classe, trazendo à tona a ideologia branca, como se ela fosse unilateralmente positiva.

Muitos desses discursos que a mídia propõe com “ideal” são geradores de preconceito racial dentro e fora dos gramados por jogadores e torcedores dos próprios times ou de times rivais. O racismo [...] continua o mesmo, dos camarotes às gerais, entre cartolas e torcedores. (CORRÊA, 1985, p. 31 apud TONINI, 2010, p. 50).

Faremos uma breve descrição do *corpus* de análise, a fim de estabelecer os caminhos traçados para a análise das materialidades discursiva. Por isso, propomos analisar os discursos que circulam na mídia sobre o racismo sofrido por atletas do futebol brasileiro.

4.1 *Corpus* de Análise

Um dos primeiros pontos a considerar, se pensarmos em análise é a constituição do *corpus*. (ORLANDI, 2012, p. 62).

Os casos de racismo no futebol vêm ganhando grande repercussão na sociedade, pois estão acontecendo com mais frequência no futebol. Não é que não aconteciam antes, mas é que agora aparecem de forma desvelada, por jogadores e o público em geral.

Desse modo, o *corpus* para análise traz recortes de sequências discursivas, retiradas de dois representantes hegemônicos da mídia brasileira e de grande circulação nacional: O Jornal **Folha de São Paulo** e o Jornal **O Globo**.

É nessa materialidade discursiva, expressada a partir de textos jornalísticos, que realizamos recortes de sequências discursivas que constituíram nosso *corpus* de análise. Apoiamo-nos na noção de *corpus* adotada por Courtine (1981), que afirma:

Um conjunto de sequências discursivas estruturadas com um plano definido referente a um certo estado das Condições de Produção de um discurso. A constituição de um corpus discursivo é, com efeito, uma operação que consiste em realizar por um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado de acordo com o plano), as hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

Fizemos um recorte temporal levando em consideração os anos de 2010 a 2014 para a escolha das sequências discursivas. Nesse período, ocorreram vários casos de racismo no futebol que repercutiram mundialmente. Assim, a escolha se deu em virtude de sua ampla repercussão, a partir da qual se criou uma campanha, na qual jogadores, artistas publicaram fotos com bananas, intituladas **#somostodosmacacos**.¹⁵

Para proceder nossa análise, lançamos mão dos pressupostos teóricos e metodológicos da Análise do Discurso Francesa de linha pecheuxtiana, fazendo uma ponte com os autores que, de modo significativa, apresentam contribuições que nos permitem entendermos os atravessamentos ideológicos no processo de produção de sentido, na perspectiva do materialismo histórico-dialético. Dessa forma, além de autores como Pêcheux, Orlandi e Cavalcante, utilizaremos Lukács, entre outros.

Assim, selecionamos as seguintes materialidades discursivas para a composição do nosso *corpus*:

¹⁵ Uso do *hashtag* indica uma linguagem retirada das redes sociais. A campanha *#somostodosmacacos* foi lançada pelo jogador Neymar nas redes sociais como forma de denúncia contra o racismo sofrido pelos jogadores de futebol.

SD1: Eu fui preto e sei bem como é isso. (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD2: No mês passado, em um jogo pela Copa do Brasil entre Palmeiras e Atlético – PR, o zagueiro Manoel, do paranaense, acusou Danilo, do clube paulista, de chamá-lo de “macaco” em disputa no Parque Atlântica. “O Danilo cuspiu em mim e me chamou de macaco. Ser chamado de macaco é a pior coisa que tem.”, disse o jogador do Atlético, que pisou no rival durante o segundo tempo como forma de revidar. (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD2.1: “Realmente pisei nele, porque estava muito chateado, e faria novamente. Confesso que pisei porque ele me chamou de macaco.” (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD3: Quase 70 anos depois do lançamento de Mario Filho, jogadores de futebol relatam uma suposta paz racial no campo, limitando as arquibancadas expressões racistas. “O torcedor às vezes xinga, atrapalha, temos nossa vida pessoal. Chamar de preto, de macaco acaba atingindo o emocional da pessoa”, declara Edson Santos Reis, 20, atacante do Vitória da Bahia. (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD4: Um dirigente negro foi punido por ofender um juiz negro, chamando-o de “negro preto”. A ofensa redundante causou multa de R\$ 10 mil e cassação do mando de campo do Fluminense de Feira de Santana, Bahia, em punições da Justiça Desportiva, mas não originou processo judicial. “Achei que não devia levar adiante”, afirma o juiz Jaílson Macedo de Freitas, 39. (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD4.1: “Em campo, o jogador me chama de ‘professor’, ‘mestre’, ‘chefe’; não me sinto discriminado não”, diz o juiz negro. (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD5: No ano, em partida entre Cruzeiro e Grêmio, outra vez pela Libertadores, Elicarlos acusou o argentino Maxi López, que também foi levado para a delegacia por tê-lo chamado de macaco. “Uma coisa é a revolta da torcida, outra é a ofensa vir de algum outro jogador adversário. Nunca senti preconceito, mas a lei diz que é crime inafiançável. Sou a favor de ir a polícia”, diz Júnior Negrão. O jogador conta que jogava em Manaus, em time que contava com outros dois jogadores chamados Júnior. “Como eu era o mais escuro, virei Negrão. Mas, na Bahia, sou mais para moreno do que para negro”, relativiza ele. “Mas não me incomoda não.” (Jornal Folha de São Paulo, 30/5/10).

SD6: A primeira vez ainda foi na infância. Aranha não se lembra ao certo como foi seu primeiro contato com uma atitude ou gesto racista contra ele. Foi perceber que aquilo tinha sido agressivo depois de anos. A ingenuidade quando criança não o permitiu se defender, mas a esperteza despertada na adolescência o calejou para enfrentar o que viria dali por diante. “Desde criança eu tinha noção, mas não entendia. Tem muita brincadeira, muita piada que você não entende e quando cresce passa a entender na adolescência. Fui amadurecendo com essas situações de as pessoas atravessarem a rua quando você está passando na mesma calçada, de a poltrona ao meu lado no ônibus estar vazia e ninguém sentar... - lembra.” Ninguém está passando na rua e chama um negão de macaco. Por quê? Porque

sabe que vai tomar porrada, que o bicho vai pegar - diz o goleiro, rindo em seguida (O Globo, 23/11/14).

SD7: A importante vitória do Santos sobre o Grêmio por 2 a 0, em Porto Alegre, na noite desta quinta-feira (29), ficou em segundo plano por conta de mais um caso de racismo registrado no futebol brasileiro. O goleiro santista Aranha foi ofendido por parte da torcida gremista, tendo sido chamado de "preto fedido". Torcedores também imitaram gestos de macaco em provocação ao jogador. Depois da partida, visivelmente abatido, Aranha desabafou: "O fato de ter uma campanha contra o racismo no telão da outra vez não é à toa. A torcida xingar e pegar no pé é normal. Mas daí começaram a falar 'preto fedido', 'cambada de preto', fiquei nervoso, mas fiquei me segurando. Fizeram rápido e pouco um coro de macaco, para não dar tempo de pegar. Pedi para o câmera virar e mostrar, mas ele não fez isso. Fico p.. com essas coisas acontecerem aqui. Mas isso dói, dói. Não é possível. Vem falar que eu estava insultando a torcida, virei e falei que eu era preto sim, negão", afirmou o goleiro. (O Globo, 23/11/14).

SD8: Pelé reforçou nesta quarta-feira o discurso contra o racismo, especialmente no futebol. O maior jogador de todos os tempos comentou o episódio de racismo sofrido pelo goleiro Aranha, do Santos, durante a partida contra o Grêmio, na Arena do Grêmio, há duas semanas em Porto Alegre. No entanto, o Rei condenou a atitude do jogador, que reagiu aos gritos de "macaco" vindos da arquibancada. O clube gaúcho foi julgado e excluído da Copa do Brasil por conta do episódio. "O Aranha se precipitou em querer brigar com a torcida. Se eu fosse querer parar o jogo cada vez que me chamassem de macaco ou crioulo, todos os jogos iriam parar. O torcedor grita mesmo. Temos que coibir o racismo. Mas não é num lugar público que você vai coibir. O Santos tinha Dorval, Coutinho, Pelé... todos negros. Éramos xingados de tudo quanto é nome. Não houve brigas porque não dávamos atenção. Quanto mais se falar, mais vai ter racismo", disse Pelé. (O Globo, 10/9/14).

SD9: O jogador de futebol Neymar, que tá quase entrando na Seleção Brasileira pra copa, deu uma declaração curiosa em uma entrevista. "Já foi vítima de racismo?" "Nunca. Nem dentro e nem fora de campo. Até porque eu não sou preto, né?" - disse Neymar. (O Globo, 3/11/13).

4.2 A ascensão do negro no futebol

Na primeira sequência, podemos observar o processo de ascensão social do negro, decorrente do sucesso na atuação nos campos de futebol.

SD1: **Eu fui preto e sei bem como é isso.** (Jornal *Folha de São Paulo*, 2010).

As Condições de Produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação (ORLANDI, 2010, p.30). Desse modo, propomos analisar como a ascensão no futebol pode mudar o dizer sujeito nas relações de classes sociais.

É sabido que o futebol se tornou um modo de ascensão social entre os sujeitos a partir do seu ingresso no esporte. Não apenas negros, mas também brancos pobres buscam no futebol uma forma de ascender financeiramente e socialmente.

Muitos jogadores iniciam suas carreiras, geralmente, em pequenos times. Só depois, quando se destacam profissionalmente, migram para times maiores.

Nesse sentido, a partir do discurso do jogador Róbson, quando afirma que SD1: **Eu já fui preto e sei bem como é isso**, observamos, fazendo uma análise na perspectiva da estrutura, um período composto por coordenação, constituído por uma oração assindética - **Eu já fui preto**-, e uma oração sindética conclusiva – [...] **e sei bem como é isso**. Nesse caso, a conjunção **e** traz uma relação de conclusão, visto que ele *se foi negro e sofreu racismo*, logo sabe [...] **como é isso**.

Na perspectiva da Análise do Discurso, é necessário ir às Condições de Produção do discurso para perceber a partir de que lugar social o sujeito enuncia. O jogador Robson, que é negro e de família humilde, ganhou ascensão social através do trabalho como jogador profissional de futebol. Mas, o jogador não se sentia mais negro pelo fato de trabalhar na imprensa nacional e ser dono de uma alfaiataria.

A frase [...] **eu fui preto e sei bem como é isso** foi dita por Robson quando o jogador estava sendo levado de carro, junto com Orlando, por Benício Ferreira para o clube tricolor do Rio de Janeiro. De repente um casal de negros atravessou a rua sem olhar para os lados, o que fez com que Benício fosse forçado a frear bruscamente. Irritado Benício gritou para o casal: “seus pretos sujos imundos”. Orlando, também irritado, ameaçou reagir, quando o jogador Robson, tentando acalmá-lo, disse: “Não faz Orlando, **eu já fui preto e sei o que é isso**”.

Pelo dito, podemos notar que o sujeito se coloca em outro lugar. Ao utilizar o verbo ser no passado, para indicar que hoje não acontece mais, percebemos um lapso do sujeito, um atravessamento do inconsciente que rejeita, que quer apagar um passado de discriminação - *fui discriminado porque ‘era preto’ (e pobre), hoje não sou mais (discriminado)*. Contudo, o jogador não deixa de ser preto. Em outras

palavras, ele ocupa um lugar de projeção, outra posição de classe. É a partir dessa projeção, portanto, que ele fala, negando sua negritude.

Nesse sentido, não são os sujeitos físicos nem os lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens, que resultam de projeções (ORLANDI, 2012, p. 40).

Nesse caso, o atleta deixa seu lugar a partir dessa projeção, que é reiterada em seu dizer. O sujeito apaga sua condição de negro, a partir de uma determinada posição de classe, e assume uma posição sujeito de cor branca. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas - os lugares dos sujeitos - para posições dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 2012, p. 40).

É assim que as CPs estão presentes nos processos de identificação dos sujeitos trabalhados no discurso (ORLANDI, 2012, p. 41). É a partir dessa relação do Sujeito com uma determinada FD que suas identidades são constituídas.

Além disso, é importante salientar que o advérbio **já**, junto com o verbo **fui**, no pretérito, indica que o Sujeito não se reconhece mais como negro, mas sim como branco. Assim, notamos há uma negação de sua condição negra, a partir da mudança de classe social. Desse modo, não só o dinheiro e certas posições de prestígio embranquecem, mas, para muitos, a “raça”, transvestida no conceito “cor”, transforma-se em condição passageira e relativa (SCHWARCZ, 2012, p. 32).

Como diz Pêcheux (2009, p. 146), “as palavras, expressões, preposições mudam de sentido, segundo as posições sustentadas por aqueles que empregam”. Nesse viés, há um entrecruzar de sentidos outros, atravessados por uma Formação Ideológica capitalista dominante, visto que essa FI determina o lugar no qual o jogador se reconhece. A partir dessa projeção de seu reconhecimento, a partir da identificação com a Formação Ideológica do capital, ele nega sua negritude.

As Formações Ideológicas são representadas pela via de práticas sociais concretas, no interior das classes em conflito, dando lugar a discursos que põem à mostra as posições em que os sujeitos se colocam, são colocados. (CAVALCANTE, 2009, p. 69).

Ianni (2004) salienta que dados permitem levantar a hipótese de que o fenômeno - o preconceito de cor - pode ser considerado preconceito de classe. Desse modo, podemos afirmar que o preconceito está ligado diretamente à classe social na qual o jogador ocupa. Assim, este, devido a uma condição financeira melhor, não sofre mais preconceito, racismo nos campos de futebol ou fora dele.

Em outras palavras, o atleta assume a forma-sujeito da ideologia dominante. Nesse caso específico, é a ideologia branca que o faz pensar que sua cor da pele branqueou. Logo, o Sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele (ORLANDI, 2012, p. 32).

Através dessa interpelação do Sujeito pela Ideologia, ele assume uma posição sujeito de não-negro. Isso acontece de maneira tal que a subordinação-assujeitamento se realiza sob a forma de autonomia, como um interior sem exterior, esfumando-se a determinação real (do interdiscurso), pelo modo mesmo como ele funciona (ORLANDI, 2012, p. 47).

Nesse caso, há uma migração do sujeito que se contra-identificam relação a uma determinada Formação Discursiva. É dessa posição, tomada pelo Sujeito na discursividade, que os Sentidos se constituem. Assim, o jogador Robson fala do lugar do branco, fala como dominante. Nessa perspectiva, Orlandi (2010) diz que:

O discurso se constitui em seu sentido porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. (ORLANDI, 2010, p. 43).

Ademais, a sentença **Eu já fui [...]** no pretérito perfeito, guarda uma autonomia em seu dizer. O Sujeito realmente enfatiza que já foi preto, mas agora não é mais. É branco. O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito, mas presente) (ORLANDI, 2010, p. 85).

Entre dizer e o não dizer se desenrola todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move (ORLANDI, 2010, p. 85). Desse modo, desvelamos que, na afirmação do jogador **Eu fui preto [...]** a conotação da palavra preto nos leva a

pensar que ele era negro, marginalizado, pobre, sujo; termos que carregam uma carga negativa em nossa cultura. Isso ocorre porque no Ocidente se criou o imaginário de que as cores podem simbolizar dadas coisas. Assim, enquanto o negro representa o que é negativo, escuro na sociedade, o branco representa a paz, a claridade, o positivo.

Segundo Orlandi (2010), quando se diz “X”, o não-dito “Y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de X.

Cabe ressaltar que, a partir de uma Memória Discursiva, ativada pelo seu Interdiscurso, o jogador recorda que antes de ser rico, sofria preconceito de cor por ser negro e também por ser pobre. Essa Memória Discursiva retomada no dizer do jogador mostra que ele não sofre mais preconceito por sua condição financeira.

4.3 O Racismo nos gramados

É notório que o racismo foi constituído desde que a categoria “raça” passou a se referir a características fenotípicas em meados do século XVIII. No caso do futebol, especificamente, os casos de racismo ultrapassam as barreiras do tempo e sobrevivem até os dias atuais.

As sequências a seguir foram retiradas do jornal *Folha de São Paulo*, 30/5/10. As duas materialidades tratam do racismo no futebol brasileiro. Vejamos:

SD2: “O Danilo cuspiu em mim e me chamou de macaco. Ser chamado de macaco é a pior coisa que tem.”, disse Manoel- o jogador do Atlético.

SD3: “O torcedor às vezes xinga, atrapalha, temos nossa vida pessoal. Chamar de preto, de macaco acaba atingindo o emocional da pessoa”, declara Edson Santos Reis, 20 , atacante do Vitória da Bahia.

Como é possível perceber à primeira vista, os jogadores Edson Reis e Manoel foram vítimas de discriminação racista em campo, em contextos e épocas distintas. Enquanto o jogador Édson sofreu racismo na Bahia, Estado onde a maioria da população é considerada negra, o jogador Manoel, também negro, sofreu racismo atuando no Atlético-PR, time cuja torcida é de maioria branca.

O primeiro episódio de racismo, ocorrido em 15 de abril de 2010, foi cometido por Danilo, jogador do Palmeiras, de maioria branca. Nesse momento, Danilo, que é considerado branco, chama Manoel de macaco. O racismo ocorreu em um lance normal de jogo entre Palmeiras e Atlético, no Estádio Palestra Itália.

Ambos os casos de racismo, que ocorreram em momentos diferentes e em times diferentes, estão relacionados ao desempenho dos jogadores em sua atuação em determinados campeonatos. Nesse sentido, os insultos racistas, vindos da torcida e/ou de jogadores de times adversários contra os jogadores, vêm ligados, geralmente, ao desempenho desses jogadores em campo.

Sabe-se que o futebol é um esporte em que a relação dentro do campo deveria ser simétrica, ou seja, de igualdade. Porém, os casos de racismo ocorrem com ferocidade. É perceptível que a partir de uma posição sujeito há uma luta de classes que são configuradas em atitudes racistas entre jogadores e torcedores.

De acordo com Bakhtin (1992, p. 82), “o discurso é constituído, na sua tessitura, por milhares de fios ideológicos”. Não há, pois, um discurso neutro ou inocente, uma vez que é socialmente produzido em um dado momento histórico para entender às necessidades postas nas relações de produção e reprodução, em uma determinada conjuntura histórica e social.

Buscamos desvelar os sentidos desses dizeres racistas, geralmente dirigidos no momento da atuação profissional dos jogadores.

Por que uma pessoa de cor negra ao ser chamada de macaco, de preto, mexe com o seu emocional? Para responder a essa pergunta, partimos do pressuposto de que todo discurso dialoga com outros discursos, em outras épocas, constituindo, a partir desse processo, uma Memória Discursiva. Para isso, foi necessário, *a priori*, identificar as condições sócio-históricas que possibilitam esses discursos, em campo e fora dele. De início, retomamos a memória do período colonial, exatamente da condição do negro escravizado, subjugado, tratado como “raça inferior”.

Essa memória nos remete a denominações que os sujeitos negros ganhavam quando chegavam ao Brasil. De um lado, todo africano que chegava era chamado

de preto, a denominação de escravo, revelando a condição jurídica estabelecida na época; de outro, era chamado de crioulo, designando os negros nascidos no Brasil.

Williams (1964 *apud* SILVA, 2009, p. 66) destaca que “a escravidão não nasceu do racismo; ao contrário, o racismo é que foi consequência da escravidão”. Nesse sentido, a memória sobre os tempos escravocratas é atualizada, produzindo novos efeitos de sentidos, que voltam à tona nas atitudes racistas investigadas.

Duas atitudes nos chamam a atenção no insulto racista ocorrido na Bahia. A primeira, dita por Manoel (agredido), de que Danilo (agressor) o cuspiu, e a segunda que o chamou de macaco. A ação de cuspir (verbo transitivo indireto), praticada pelo agressor, remete-nos a uma atitude que transmite que Manoel é algo nojento, sujo.

Nesse momento, Danilo sai de uma posição simétrica, em outras palavras, de igualdade em campo, e passa para uma posição de superioridade em relação ao jogador a quem agrediu. Para Pêcheux (2009), as posições de classe se refletem a partir das instâncias ideológicas. Essas posições de classe existem a partir das Formações Ideológicas. Em outras palavras, isso equivale a dizer que não há, na luta ideológica (bem como na forma de luta de classes), “posições de classe” “que existam de modo abstrato e que sejam aplicados aos diferentes “objetos” ideológicos regionais das situações concretas, na Escola, na Família, etc.” (PÊCHEUX, 2009, p. 132). Nesse caso, específico, a situação concreta é o futebol.

Em síntese, segundo Pêcheux (2009, p. 134):

[...] a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade- subordinação do “todo complexo dominante” das FIs de uma formação social dada, estrutura que é não é senão da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes. (PÊCHEUX, 2009, p. 134).

Essa FI é materializada em forma de agressão contra os jogadores Édson e Manoel a partir de uma dada FD ocupada pelo rival Danilo e pela torcida, que se caracteriza como dominante, a que oprime e marginaliza. Nesse sentido, a partir do dito, há uma luta de classe desvelada no que tange às situações discriminatórias. Os agressores assumem, mesmo estando em um mesmo “lugar”, o campo de futebol, uma FD dominante, perceptivelmente reconhecida pelos atos discriminatórios.

Além disso, na sequência SD3: “O torcedor às vezes xinga, atrapalha, temos nossa vida pessoal. **Chamar de preto, de macaco acaba atingindo o emocional da pessoa**”, podemos observar que a situação se repete, apesar da mudança de contexto. Dessa vez, foi Edson quem foi chamado de preto.

A fim de entendermos os sentidos que perpassam esse adjetivo **preto**, usado no sentido pejorativo de determinação de raça, buscamos as possíveis significações da palavra.

O dicionário Michaelis (versão *on line*), por exemplo, refere-se ao termo **preto** assim: “3. Diz das coisas que, embora não tenham essa cor, são mais escuras em relação às demais”. A partir desse significado, entendemos que o sujeito negro, ao ser chamado de preto, é colocado em uma posição de subclasse da raça negra.

Ou seja, entendemos que ao ser determinado como **preto**, o sujeito se torna mais inferiorizado em relação à raça negra. Como os negros já são marginalizados na sociedade, é perceptível que caracterizá-los de preto é coloca-lo em uma posição discriminatória superior do que chamá-lo de negro.

Além disso, em ambos os casos analisados houve o uso do sentido pejorativo da palavra macaco, já que o agressor compara o agredido a um animal. Em outras palavras, entendemos que o xingamento de macaco desumaniza, remete-o a uma condição inferior. Nessa perspectiva, o negro, grosso modo, está abaixo na cadeia evolutiva, pois os macacos não se desenvolveram mentalmente, segundo a teoria da evolução das espécies.

SD4: Um dirigente negro foi punido por ofender um juiz negro, chamando-o de “**negro preto**”. A ofensa redundante causou multa de R\$ 10 mil e cassação do mando de campo do Fluminense de Feira de Santana, Bahia, em punições da Justiça Desportiva, mas não originou processo judicial. “Achei que não devia levar adiante”, afirma o juiz Jaílson Macedo de Freitas, 39. (Jornal *Folha de São Paulo*, 30/5/10).

SD4.1: “Em campo, o jogador me chama de ‘**professor**’, ‘**mestre**’, ‘**chefe**’; **não me sinto discriminado não**”, diz o juiz negro. (Jornal *Folha de São Paulo*, 30/5/10).

A ofensa ocorreu em Feira de Santana, na Bahia, Estado brasileiro que tem o maior índice de população negra. Contudo, poucas pessoas no Estado assumem a sua negritude, visto que, de acordo com o último censo do IBGE, 47% de sua população se consideram branca e apenas 7%, negra.

A ofensa nos revela os vários sentidos que a palavra **preto** ganhou ao ser (re) significada na ofensa. Assim, buscando apreender os sentidos que atravessam essa materialidade discursiva, percebemos que a cor preta, no ocidente, nos traz à memória um aspecto negativo, daquilo que é considerado mal, sujo. Desse modo, pensando além da redundância de **negro**, de algo que é inferior, observamos que o termo **preto**, ou seja, mal, sujo, torna a vítima de racismo ainda mais inferior. Por conseguinte, é visível a carga duplamente pejorativa de **negro preto**, denotando uma maior inferioridade. Nesse aspecto, negro determina a raça e preto, a cor.

A atitude discriminatória é silenciada, em um silêncio oprimido, constituído pela condição de não levar adiante as punições contra o agressor. Segundo Orlandi (2007, p. 102), o silêncio não é o não-dito que sustenta o dizer, mas aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.

Além disso, entende-se que o agressor em questão reproduz o discurso de uma ideologia dominante, inscrita em uma determinada FD (dominante). Nesse caso, o agressor, partindo de uma formação imaginária se vê diferente do agredido no que tange a cor da pele. Ou seja, o agressor, que é negro, não se vê como tal.

Pêcheux (2009, p. 150) destaca que “a interpelação do individuo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)”. Desse modo, entendemos que o sujeito ocupa o lugar, a partir de uma FD, da classe dominante. De outro modo, o sujeito agressor se inscreve em uma forma-sujeito dominante, opressora.

Assim como todas as leis, a lei que regulamenta o racismo, como crime, tem suas brechas. Só é considerado crime quando há um impedimento de determinado sujeito negro em uma determinada situação social, como por exemplo, ele é

impedido de entrar em um determinado lugar. Nesse caso em especial, o dirigente negro foi enquadrado no crime de injúria racial, passivo ao pagamento de fiança.

Nesse viés, entendemos que quando Jaílson (o agredido) disse **achei que não devia levar adiante**, preferiu silenciar, pois se levasse à frente poderia sofrer retaliações ainda mais severas no âmbito profissional. Em outras palavras, nesse caso há um silêncio existente, e ele é feito sobre uma região carregada de palavras que não podem ser ditas naquele contexto.

Já na SD4.1: “**Em campo, o jogador me chama de ‘professor’, ‘mestre’, ‘chefe’; não me sinto discriminado não**”, dito por um juiz negro, percebe-se que palavras como **professor, mestre, chefe** não são discriminatórias. Entendemos que essas palavras ganham um valor semântico de superioridade, remetendo a uma posição de classe superior, de dominante.

Assim, está implícito que, apesar de o juiz se considerar negro, não se sente discriminado porque ocupa uma posição superior a dos jogadores, de professor, daquele que transmite ensinamentos. Desse modo, Jaílson assume uma FD de igualdade em relação aos jogadores, refletida no cargo que ocupa em campo.

Segundo Orlandi (2007, p. 102), o implícito é o não-dito que se define em relação com o dizer. Nesse viés, entendemos que há um implícito no discurso do Juiz quando ele afirma que não se sente ofendido ao ser chamado de **chefe, professor, mestre**, mas se sente inferiorizado ao ser chamado de **negro preto**.

Nesse sentido, é perceptível que o lugar no qual o sujeito enuncia, quando está em campo - **professor, mestre, chefe** - constitui uma imagem diferente daquela de quem sofre xingamento. Em outras palavras, o lugar no qual o sujeito fala é constitutivo do que ele diz. (ORLANDI, 2007, p. 39).

Portanto, há uma relação de força gerada a partir do lugar que o arbitro ocupa em campo. Essa relação de força, que é gerada e sustentada no poder de diferentes lugares, faz-se valer na “comunicação”. (ORLANDI, 2007, p. 40). Assim, não são os sujeitos físicos nem os lugares empíricos como tal, isto é, como são inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam em projeções (ORLANDI, 2007, p. 40).

Entendemos que, no caso de Jaílson, essas projeções fazem com que ele imagine que não deveria sofrer preconceito, já que, em campo, ocupa uma posição hierarquizada. Cabe ressaltar que essas posições historicamente hierarquizadas foram construídas no período escravocrata, pois os negros eram responsáveis pela mão-de-obra, pelo trabalho braçal, em sua maioria analfabetos e não ocupavam posições que necessitavam de um conhecimento intelectual.

A partir do dito, percebemos que o árbitro de futebol agredido, quando ocupa a posição de professor, apaga a sua condição subjugada pelo agressor. Consequentemente, identifica-se em outra FD, a dominante.

A seguir, destacamos algumas recorrências em diferentes sequências da (re) significação do negro na sociedade. A partir delas, observamos que, mesmo em momentos distintos, há um sentido pejorativo da palavra **negro**.

SD5: No ano de 2010, em partida entre Cruzeiro e Grêmio, outra vez pela Libertadores, Elicarlos acusou o argentino Maxi López, que também foi levado para a delegacia por tê-lo chamado de macaco. “Uma coisa é a revolta da torcida, outra é a ofensa vir de algum outro jogador adversário. Nunca senti preconceito, mas a lei diz que é crime inafiançável. Sou a favor de ir à polícia”, diz Júnior Negrão. O jogador conta que jogava em Manaus, em time que contava com outros dois jogadores chamados Júnior. “**Como eu era o mais escuro, virei Negrão. Mas, na Bahia, sou mais para moreno do que para negro**”, relativiza ele. “**Mas não me incomodo não.**” (Jornal *Folha de São Paulo*, 30/5/10).

SD6: A primeira vez ainda foi na infância. Aranha não se lembra ao certo como foi seu primeiro contato com uma atitude ou gesto racista contra ele. Foi perceber que aquilo tinha sido agressivo depois de anos. A ingenuidade quando criança não o permitiu se defender, mas a esperteza despertada na adolescência o calejou para enfrentar o que viria dali por diante. “Desde criança eu tinha noção, mas não entendia. Tem muita brincadeira, muita piada que você não entende e quando cresce passa a entender na adolescência. Fui amadurecendo com essas situações de as pessoas atravessarem a rua quando você está passando na mesma calçada, de a poltrona ao meu lado no ônibus estar vazia e ninguém sentar... - lembra.” **Ninguém está passando na rua e chama um negão de macaco.** Por quê? Porque sabe que vai tomar porrada, que o bicho vai pegar - diz o goleiro, rindo em seguida (*O Globo*, 23/11/14).

SD7: A importante vitória do Santos sobre o Grêmio por 2 a 0, em Porto Alegre, na noite desta quinta-feira (29), ficou em segundo plano por conta de mais um caso de racismo registrado no futebol brasileiro. O goleiro santista **Aranha foi ofendido** por parte da torcida gremista, **tendo sido chamado de "preto fedido"**. Torcedores também imitaram gestos de macaco em provocação ao jogador. Depois da partida, visivelmente abatido, Aranha desabafou: "O fato de ter uma campanha contra o

racismo no telão da outra vez não é à toa. A torcida xingar e pegar no pé é normal. **Mas daí começaram a falar 'preto fedido', 'cambada de preto'**, fiquei nervoso, mas fiquei me segurando. **Fizeram rápido e pouco um coro de macaco**, para não dar tempo de pegar. Pedi para o câmera virar e mostrar, mas ele não fez isso. Fico p.. com essas coisas acontecerem aqui. Mas isso dói, dói. Não é possível. Vem falar que eu estava insultando a torcida, **virei e falei que eu era preto sim, negão**", afirmou o goleiro. (*O Globo*, 23/11/14).

Mário Lúcio Duarte Costa, mais conhecido como Aranha, nasceu em Pouso Alegre, município de Minas Gerais. De família humilde, formou-se goleiro e iniciou sua carreira no time da Ponte Preta, ganhando ascensão no meio futebolístico com seu bom desempenho em campo. Depois do ponta pé inicial, o goleiro trabalhou em grandes clubes brasileiros, como Atlético Mineiro. Contudo, apesar de atualmente ocupar uma posição superior em termos financeiros, Aranha não nega que sofreu e sofre preconceito, desde infância até os dias atuais.

Isso fica nítido na **SD6**, quando o jogador afirma que [...] **desde criança eu tinha noção, mas não entendia. Tem muita brincadeira, muita piada que você não entende e quando cresce passa a entender na adolescência. Fui amadurecendo com essas situações de as pessoas atravessarem a rua quando você está passando na mesma calçada, de a poltrona ao meu lado no ônibus estar vazia e ninguém sentar.** Desse modo, o jogador admite sofrer racismo, apesar das campanhas em prol o preconceito, revelando que o preconceito dói quando ocorre.

Nas sequências aqui explicitadas, observamos a recorrência do preconceito em várias formas. Observemos:

SD5: **"Como eu era o mais escuro, virei Negrão."**

SD6: **"Ninguém está passando na rua e chama um negão de macaco."**

SD7: **Mas daí começaram a falar 'preto fedido', 'cambada de preto', fiquei nervoso, mas fiquei me segurando. Fizeram rápido e pouco um coro de macaco(...)**".

Entendemos que os processos discursivos, muitas vezes, são produzidos pela presença dos processos parafrásticos e polissêmicos; em outras palavras, nos limites entre o mesmo e o diferente. Nas sequências discursivas apresentadas, notamos a recorrência da manutenção do preconceito dito de outras formas.

As palavras **negrão**, **preto fedido**, **macaco** sofrem processos parafrásticos e polissêmicos, na medida em que todos os insultos são atravessados de efeitos de sentidos quando são colocadas no momento do seu dizer. A paráfrase “representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer” (ORLANDI, 2012, p. 36), ou, em outras palavras, por meio da paráfrase “produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado”. (ORLANDI, 2012, p. 36).

Levando em consideração que a paráfrase estabelece a relação de sentido no interior de uma determina FD e são formulações do mesmo dizer de forma diferente, podemos observar que as palavras **negro preto**, **negro fedido** e **macaco** sofrem processos parafrásticos, visto que os sentidos preconceituosos se segmentam a partir de formulações diferentes, mas indicam a mesma forma de discriminação. Dessa forma, todo dizer é ideologicamente marcado e é na língua que a ideologia se materializa, num espaço regido pela simbolização de poder (ORLANDI, 2012, p. 38).

Nesse viés, entendemos que a ideologia dominante é atravessada pela história e materializada no discurso racista, que, por sua vez, discrimina, oprime e marginaliza através de palavras ofensivas, alimentada pelas relações de poder.

Desse modo, entendemos que o **negro**, também chamado de **negrão**, **negão**, **preto** carrega o mesmo sentido preconceituoso, sentido explicitado no dizer do jogador. O mesmo ocorre com **preto fedido** e **macaco**, já que a paráfrase está na base do dizível, na memória; recorre a uma memória discursiva dos tempos da escravidão, quando os negros eram tratados como animais “domesticados”.

É a partir do mesmo e do diferente que os sentidos se constituem e que produzem sentidos. Nesse sentido, a paráfrase pertence à Memória Discursiva. Percebemos, a partir dela, que o preconceito racial se ressignifica.

Ao mesmo tempo, essas palavras passam por um processo polissêmico, visto que **preto fedido** e **macaco** ganham um novo sentido a partir das possíveis

possibilidades de significação. É nesse jogo entre o mesmo e diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam; fazendo seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2012, p. 36).

Além disso, analisando o xingamento **preto fedido**, o uso dos adjetivos **preto** e **fedido**¹⁶, notamos que **preto fedido** remete ao mesmo sentido de macaco. Como explicamos anteriormente, **preto** se refere a algo mal, a uma subclasse da raça negra, e **fedido**, a uma memória do período de transporte em navios negreiros, no qual os africanos viajavam em condições sub-humanas, em porões sujos, fétidos.

A polissemia, por sua vez, nos permite observar os sentidos diferentes que a palavra pode ganhar, sua (re) significação em determinado dizer. Segundo Orlandi (2012, p.36), a paráfrase e polissemia são forças que trabalham continuamente o dizer, de modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente.

Em outras palavras, é nessa tensão entre o diferente e o mesmo que os discursos se movimentam, (re) significam-se e, sobretudo, são afetados pela língua, pela historicidade e pela ideologia.

4.4 “Não sou negro”: a negação da identidade étnica- racial nos discursos dos jogadores

Nessa última seção, analisamos duas sequências discursivas que nos remetem à negação. Nelas, Neymar, Aranha e Pelé negam não sofrer preconceito racial.

SD8: Pelé reforçou nesta quarta-feira o discurso contra o racismo, especialmente no futebol. O maior jogador de todos os tempos comentou o episódio de racismo sofrido pelo goleiro Aranha, do Santos, durante a partida contra o Grêmio, na Arena do Grêmio, há duas semanas em Porto Alegre. No entanto, o Rei condenou a atitude do jogador, que reagiu aos gritos de "macaco" vindos da arquibancada. O clube gaúcho foi julgado e excluído da Copa do Brasil por conta do episódio. "O Aranha se precipitou em querer brigar com a torcida. Se eu fosse querer parar o jogo cada vez que me chamassem de macaco ou crioulo, todos os jogos iriam parar. O torcedor grita mesmo. Temos que coibir o racismo. Mas não é num lugar público que você vai coibir. O Santos tinha Dorval, Coutinho, Pelé... todos negros. Éramos xingados de

¹⁶**Fedido** é uma palavra derivada de feder

Feder: v.i. Cheirar mal.

V.t. Exalar cheiro forte de: feder a cachaça. (<http://www.dicio.com.br/fedido/>)

tudo quanto é nome. **Não houve brigas porque não dávamos atenção.** Quanto mais se falar, mais vai ter racismo", disse Pelé. (*O Globo*, 10/9/14).

SD9: O jogador de futebol Neymar, que está quase entrando na Seleção Brasileira para jogar na copa, deu uma declaração curiosa em uma entrevista. "Já foi vítima de racismo?" "**Nunca. Nem dentro e nem fora de campo. Até porque eu não sou preto, né?**"- disse Neymar. (*O Globo*, 3/11/13).

Nas sequências apresentadas, podemos observar alguns marcadores de negação, como **não**, **nunca**, tanto no discurso de Neymar quanto no de Pelé.

Indursky (1990), apoiada no trabalho de Ducrot (1980), chama atenção para a 'negação polêmica', isto é, para aquilo que estabelece uma relação antagônica entre os sujeitos. De acordo com Vasconcelos (2011, p. 3), a negação polêmica "estabelece contradição entre duas posições de sujeitos divergentes, ou melhor, o sujeito rejeita o sentido que estar 'fora' dos sentidos autorizados a serem proferidos na sua formação discursiva".

Considerando que a Ideologia interpela indivíduos em sujeitos e que, sobretudo, é a partir da ideologia que o sujeito assume posições em seu discurso, através das FDs, ao analisarmos a **SD9**, na qual o jogador Neymar afirma não ter sofrido racismo nem dentro nem fora de campo, porque **não é negro**, observamos que há também uma marca explícita da negação. Nesse viés, o jogador nega a sua negritude, deixando-a recalcada em seu inconsciente.

No entanto, ao lançar a campanha **#somostodosmacacos**, Neymar se assume negro, já que o verbo ser conjugado em 1ª pessoa do plural, inclui o sujeito (nós), ou seja, todos, inclusive ele. Indursky (1990, p. 3) pontua que a negação se estabelece em duas posições de sujeito divergentes por estarem afetados por FD antagônicas.

Desse modo, ao negar, o jogador Neymar autoriza sentidos de uma determinada FD, nesse caso a FD dominante, recalcando, a partir da negação, a FD assumida na campanha, a de se considerar negro. A negação, por sua vez, funciona como contradição da constituição de uma identidade negra negada, a qual é assumida no momento que é conveniente, quando a FD autoriza seu dizer.

O mesmo acontece com Pelé, quando afirma que não ligava, ou melhor, não dava atenção para os xingamentos da torcida, sobretudo quando ela o chamava de macaco. É notável que Pelé e Neymar, assume uma FD específica, no caso uma FD dominante, porque ambos não se veem como negro, desse modo é essa FD (branca) que determina sua posição no seu discurso. Em outras palavras, é FD que determina aquilo que pode ou deve ser dito em determinada posição, numa conjuntura dada (PÊCHEUX, 2009, p. 147).

A partir da negação, entendemos que os sujeitos apagam a sua identidade e a sua etnia. Contudo, esse elemento, embora negado, “permanece recalcado na FD, manifestando-se em seu discurso apenas através da modalidade negativa”, (INDURSKY, 1990, p. 120).

Pelé afirma que não se incomoda com os xingamentos da torcida, diferentemente de Aranha que se incomoda. Desse modo, entendemos que Pelé não se vê como negro, visto que ser chamado de macaco é ser comparado a um animal, irracional.

CONCLUSÃO

Compreender o discurso como práxis é observar o funcionamento discursivo entre língua, sujeito e ideologia nas relações sócio-históricas. É, sobretudo, ver o discurso em sua forma heterogênea e ver sua opacidade na constituição e circulação de sentidos, que se fundem, provocam-nos e nos confundem.

As dificuldades foram muitas ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Dificuldades enfrentadas, desde a constituição do nosso *corpus* discursivo até o aspecto teórico-metodológico. Nesse sentido, tivemos que “passear” por terras desconhecidas, ao longo do percurso. Falar do racismo não é uma tarefa fácil, visto que, mesmo em uma sociedade que busca direitos igualitários, os casos acontecem todos os dias, ora diferentes ora iguais, mas com a mesma intensidade e a mesma finalidade: oprimir, marginalizar, subjugar o negro como inferior.

Nesse sentido, o “gesto de interpretação” do analista é fundamental, pois é necessário sair da sua “zona de conforto” e, sobretudo, tentar não se misturar com seu objeto, já que sabemos que todo sujeito é interpelado por uma ideologia. O papel do analista não é neutro em relação aos sentidos que surgem em sua análise. Entendemos ainda que, a partir dos dispositivos analíticos, ele pode não buscar evidências observadas ao primeiro olhar, mas que possa ir além, ver a opacidade discursiva e posição dos sujeitos na discursividade, desvelar os sentidos.

O primeiro ponto da nossa trajetória foi entender o racismo como fenômeno social impregnado na sociedade brasileira. Para tanto, propusemos fazer um trajeto histórico, desde o processo de escravidão, no período colonial, até a modernidade. Observamos que o racismo foi inicialmente constituído pela determinação de superioridade de uma raça em relação à outra, caracterizando a hegemonia da raça branca. No processo de escravidão, o negro foi julgado como inferior, desde o seu transporte em navios negreiros e sua comercialização como mercadorias, que eram trocadas por qualquer valor, desconsiderando a sua humanização.

Nesse sentido, percebemos que, apesar de perante a norma jurídica os negros e brancos serem considerados iguais; na prática a realidade é outra. O preconceito ocorre de forma desvelada, alimentada pelas relações de classe. Em

outras palavras, o racismo é exercido a partir de uma relação de poder mantida, por sua vez, pelas relações capitalistas (ideologia dominante).

Vimos que questões estereotípicas envolvendo os negros foram criadas no período colonial. A partir de características físicas, os negros eram subjugados como de má índole, de baixa capacidade intelectual (os que tinham traços mais grossos), diferentemente dos que possuíam traços mais finos, considerados bons negros. Essas questões estereotípicas se intensificaram na categorização da raça, em relação à cor da pele, no século XVIII e se perduram até hoje na sociedade.

Cabe salientar que as SDs que compõem nosso *corpus* de análise foram recortadas em diferentes épocas e que nelas os jogadores falam sobre o preconceito que sofreram em campo e também fora dele. A partir das questões levantadas na constituição do material para análise, percebemos algumas questões a serem explicitadas nas análises.

Desse modo, ao analisarmos as sequências discursivas, percebemos os desvelamentos de sentidos e como esses sentidos determinam nossa conclusão. Observamos que o futebol é uma das possibilidades de ascensão social e financeira para os jogadores negros e pobres e que, sobretudo, essa ascensão social possibilita um atravessamento das relações classes na constituição do aspecto social que o sujeito ocupa.

A posição-sujeito ocupada pelo jogador nas relações de classe apaga a sua identidade. Em outras palavras, o jogador negro e pobre que muda sua condição financeira a partir do futebol, assume uma Formação Discursiva dominante, diferentemente da que possuía. Com isso, o dinheiro adquirido através do seu trabalho apaga, silencia o preconceito, a partir dele há um branqueamento da sua cor. Isso é notório quando em sua enunciação um jogador coloca o verbo no passado **já fui** (não sou mais), revelando que ele não se considera mais negro.

Além disso, a partir de uma Memória Discursiva que traz à tona o período da escravidão, quando ao negro cabia o trabalho duro, braçal, inferior, subalterno e os brancos ocupavam o lugar do intelecto, posições superiores, é visível que tudo isso ficou impregnado na sociedade brasileira até hoje. Nesse sentido, podemos dizer

que o efeito da memória atravessa o tempo na constituição dessas posições que geram a luta de classes.

Nesse viés, observamos, através das sequências discursivas, que quando uma pessoa considerada negra ocupa posições hierarquizadas nas relações de trabalho, um lugar privilegiado na sociedade, saindo da submissão subjugada a ele, há um apagamento, um silenciamento do preconceito sofrido por ele.

Além disso, o acontecimento discursivo da campanha **#somostodos macacos**, advindo de um acontecimento histórico que remete à atitude do jogador Daniel Alves, demonstra que a situação de comoção de artistas (brancos) nada teve de solidária. Sabemos que não chamam brancos de macacos e, por isso, entendemos que para o negro ser chamado de macaco é uma ofensa, já que remete a dizeres preconceituosos como, por exemplo, **negro sujo**.

Como o discurso é constituído por contradições ideológicas e os sujeitos assumem posições em seu dizer, e essas posições trazem efeitos de sentido, é perceptível que os cantores, atores/atrizes, jogadores, como Neymar, assumam uma FD do movimento negro, discriminada ao fazer a campanha. Assim, há um silenciamento da luta de classes e, sobretudo, na luta étnica racial, na busca de direitos igualitários.

No entanto, o jogador Neymar ao ser perguntado se sofreu racismo, nega que sofreu preconceito e a sua identidade étnica racial, inscrevendo-se a partir de uma interpelação ideológica em FD diferente da que assumiu na campanha **#somostodosmacacos**, criada por ele. Como o sujeito se inscreve por identificação em uma determinada FD, autorizando certos discurso e impedidos outros, subentende-se que o jogador prefira silenciar a outra FD assumida na campanha.

Por outro olhar, percebemos que o uso das paráfrases **macaco**, **preto fedido**, **negrão** reflete que o preconceito se ressignifica pelo viés da repetição. E que, através dos efeitos polissêmicos, as palavras trazem efeitos de sentidos que remetem a partir de uma Memória Discursiva coletiva dos tempos da escravidão, visto que os negros eram considerados animais selvagens.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. **O “preconceito de marca” e ambiguidade do “racismo à brasileira” no futebol**. Tese de Doutorado – UGF, 2010.
- BARONAS, Roberto e GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos, SP: Claraluz, 2001.
- COSTA, Emília. **Da senzala à Colônia**. São Paulo, 5ª ed. UNESP, 2010.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- DIJK, Teun A. van. **Discurso e poder**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Racismo e discurso na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: (o legado da raça branca)**, vol. I. 5. ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama [et al]. **Análise do Discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EDUFAL, 2009.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modos, temas e tempos**. Antonio Sérgio Guimarães. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- _____. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3ª ed. São Paulo-SP. Editora 34, 2009.
- HELAL, Ronaldo. **A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2001.
- _____. **Futebol, jornalismo e ciências sociais: interações**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução: Maria Fausta P. de Castro. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- INDURSK, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- _____. **Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação**. Campinas. 1990.
- _____. **Lula Lá: Estrutura e Acontecimento**.
- IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.

JESUS, de Jaqueline; CARVALHO; Paulo de; Rosália Diogo, Paulo Granjo. **O que é Racismo?**. Lisboa: Escolar Editora, 2014.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**. (Re) ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução: Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital : crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital/ Karl Marx**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas, SP Pontes Editores, 2012.

_____. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

_____. **Discurso fundador**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni P. Orlandi et al. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

PIERRE, Achard. [et al.]. **Papel da Memória**. Tradução: José Nunes. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.

PIOVANAZI, Carlos e SARGENTINI, Vanice (orgs.). **Legados de Michel Pêcheux: inéditos em análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Sílvia (org.). **Mídia e Racismo**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

RASSI, Amanda. **Do acontecimento histórico ao acontecimento discursivo: uma análise das Marchas das Vadias**.
file:///C:/Users/Aline%20Santos/Downloads/Do_acontecimento_historico_ao_acontecimento.pdf

SANTOS, Ana Paula de Oliveira. **ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI)- Inclusão Social ou Reprodução do Discurso mercadológico? – Dissertação de Mestrado - PPGLL- UFAL. Maceió, 2013.**

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é racismo**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, Martiniano José da. **Racismo à Brasileira**: Raízes Históricas: um novo nível de reflexão sobre a história social do Brasil/ Martiniano J. Silva. 4. ed. São Paulo, SP: Anita Garibaldi, 2009.

SILVA, Uelber B. **Racismo e alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

SOBRINHO, Helson Flávio. **A negação da velhice: uma discursividade ancorada na memória**. Disponível em: <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/a-negacao-da-velhice-874.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

TONINI, Marcel Diego. **Além dos gramados**: História Oral de Vida de Negros no Futebol brasileiro (1970- 2010). Dissertação de Mestrado, USP. São Paulo, 2010.

VASCONCELOS, Edite. **Caminhando sobre águas**: o funcionamento da negação no discurso religioso. Disponível em: <<http://anaisdosead.com.br/5SEAD/SIMPOSIOS/EditeLuziaDeAlmeidaVasconcelos.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2016.